

### 3.3 Avaliação do Meio Antrópico

#### 3.3.1 Ocupação Antrópica, Sócio-economia e Vetores de Pressão

##### 3.3.1.1 Contextualização Estadual e Regional

O PEJU localiza-se nos municípios de Ibiúna e Piedade, os quais são integrantes da Região Administrativa de Sorocaba (RAS - e de Governo), perímetro definido pelo governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria de Economia e Planejamento, desde a década de 1970. Tal unidade administrativa é composta por 79 municípios, sendo a terceira área de maior concentração populacional de todo o Estado, integrando também o município de Tapiraí, município este limítrofe ao Parque. Os demais municípios inseridos no raio de 10 km da UC são Miracatu e Juitituba.

Miracatu pertence à Região Administrativa de Registro (RAR - e de Governo de Registro), enquanto Juitituba pertence à Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Em termos regionais, o PEJU sofre influência, sobretudo, econômica destas duas grandes regiões metropolitanas (e administrativas) citadas (RMSP e RAS).

Tais unidades territoriais são propulsoras de grandes vetores de pressão (por meio de um vasto sistema viário que dinamiza fluxos econômicos e migratórios, áreas industriais, conurbação urbana) sobre a integridade física e preceitos de conservação da biodiversidade que estão no âmago da criação desta unidade de conservação de proteção integral.

Ademais, utilizando-se de uma outra unidade administrativa estabelecida oficialmente, os municípios integrantes da área de abrangência do PEJU estão inseridos em duas UGRHI, unidades determinadas pelo Fehidro<sup>27</sup>. Os municípios de Ibiúna e Piedade integram a UGRHI-10, denominada Tietê/Sorocaba, enquanto Tapiraí, Juitituba e Miracatu integram a UGRHI-11, denominada Ribeira de Iguape/Litoral Sul (sub-bacia hidrográfica do rio Juiquiá-Guaçu).

A ocupação humana na região de inserção do PEJU remonta a meados do século XVII e XVIII, com a introdução de pequenos povoamentos que acabaram por evoluir, em tamanho e importância, tornando-se gradativamente ao longo dos anos em vilarejos, vilas, freguesias e posteriormente consolidando núcleos urbanos das atuais cidades.

Outrora, os povoamentos da região tinham como função inicial o pouso para descanso de tropeiros que demandavam às feiras de muares e variadas trocas de mercadorias na atual cidade de Sorocaba. As rotas tropeiras ligavam os pampas gaúchos à feira de Sorocaba, tais rotas foram as principais vias de ligação terrestre entre as províncias meridionais durante o século XIX e um vetor de crescimento econômico e de povoamento fundamental para as cidades e vilas localizadas em seu percurso (Setúbal, 2004).

---

<sup>27</sup> Fundo vinculado à Secretaria de Meio Ambiente destinado a dar apoio financeiro à Política Estadual de Recursos Hídricos. Visa assegurar que a água, recurso natural essencial à vida e ao bem-estar social, possa ser utilizada por seus usuários atuais e pelas gerações futuras em padrões de qualidade satisfatórios em todo o território do Estado de São Paulo.

Durante praticamente todo o século XX, as regiões metropolitanas de São Paulo e de Sorocaba receberam um grande contingente populacional, tanto de migrantes de outras regiões do país quanto de correntes imigratórias de outros países (especialmente Japão e Itália). É latente o fenômeno social e econômico inerente à metropolização da capital paulista e de Sorocaba, uma vez que tais cidades ultrapassaram seus limites administrativos, formando grandes regiões metropolitanas, em um crescente processo de conurbação.

Desta forma, tem-se sobre os limites do PEJU e área de abrangência, municípios que reproduzem toda uma dinâmica econômica e social inerente a grandes centros urbanos (Jquitiba, Ibiúna e Piedade - RMSP e RAS entre outros) que acabaram por ter um crescimento econômico e demográfico diferenciados, possuindo indicadores considerados mais “modestos” (Tapiraí e Miracatu). Fato este que acaba por refletir significativa disparidade em termos comparativos no âmbito econômico, demográfico e nos indicadores sociais entre estes municípios.

Diante das informações socioeconômicas abordadas e analisadas em uma escala regional, alguns aspectos merecem destaque, pois denotam indicadores e até mesmo tendências na dinâmica demográfica, social e econômica da área de abrangência externa e interna do PEJU, estando assim, diretamente relacionadas a todo o contexto socioeconômico dos conglomerados urbanos da RMSP e RAS.

A dinâmica populacional na região, considerando a última década, deu-se com taxas de crescimento demográfico muito próximas das médias estaduais. Mesmo diante de altas taxas de mortalidade infantil, em casos que chegam a quase o dobro das médias estaduais que é de 13,07 (Piedade apresenta 25,0 e Tapiraí 20,5; Ibiúna 18,0 e Miracatu 17,7), os indicadores de natalidade acabam por equacionar esta dinâmica populacional (média estadual de 14,92, municípios apresentam taxas superiores, Miracatu com 18,25, Tapiraí com 17,88, Ibiúna com 16,11 e Jquitiba com 15,78 em Jquitiba, exceção é Piedade com 13,39 nascidos por mil habitantes).

Tais indicadores denotam uma tendência de crescimento demográfico regional um tanto eqüitativo e especialmente localizado nos centros urbanos dos municípios em análise, onde a correlação quanto ao crescimento nas últimas décadas das atividades relacionadas aos serviços se fez presente.

Os indicadores de educação ainda não atingiram níveis aceitáveis em relação aos estaduais (analfabetismo e média de anos de estudo). Segundo os dados levantados, a parcela da população que se enquadrara neste contexto habita, sobremaneira, nas áreas rurais, desta forma, especialmente condizentes com a áreas de abrangência do PEJU.

Este perfil educacional, ao considerar toda a região do PEJU, tende a dificultar a implementação de programas de treinamentos ou parcerias para a proposição de medidas técnicas quanto ao manejo do solo, uso sustentável de recursos naturais, técnicas de plantio e colheita, utilização de novos insumos agrícolas, em suma, atividades que carecem de conhecimentos básicos oferecidos pela prática escolar e acadêmica (cuja infra-estrutura educacional não é oferecida ou de difícil acesso na área de abrangência da UC).

Em relação ao perfil econômico dos municípios analisados, como fenômeno comum, tem-se a maior participação do setor de serviços (incluindo o comércio) contra os setores industrial e agropecuário, que representam pequena participação nas economias locais.

Este quadro remete a um cenário favorável à área de abrangência do PEJU, uma vez que ao considerar as atividades agropecuárias, nota-se que estas ao longo dos últimos decênios diminuíram sua importância e participação no contexto econômico regional (é o que se observa com a ocupação da mão de obra e composição do PIB) legando assim, possibilidades de maior controle ao uso e ocupação das terras em áreas de expansão e atualmente com tais atividades (incluindo a área de abrangência do PEJU).

O mesmo pode se aplicar para a atividade industrial, onde a disposição espacial e logística das plantas industriais tende a buscar áreas com infra-estrutura instalada e legislação permissiva às atividades, o que não ocorre na área de abrangência do PEJU por estes fatores logísticos e legais.

A correlação dos PIB municipais, denota que Ibiúna possui um maior poder econômico em relação aos demais municípios analisados (PIB de Ibiúna é quase nove vezes maior que o de Tapiraí). No entanto, este fator não remete diretamente aos indicadores de renda salarial média, onde Piedade possui os melhores indicadores, seguidos de Ibiúna, porém, abaixo das médias estaduais (Estado de São Paulo 2,92, Piedade com 1,87 e Ibiúna com 1,53 salários mínimos).

A área de abrangência do PEJU, por concentrar atividades agropecuárias, segundo diagnóstico realizado, apresenta níveis de renda média inferiores às médias apresentadas, especialmente em relação ao município de Ibiúna (que abriga 94,47% das terras do PEJU), onde, mais de 60% dos ocupantes do PEJU tem renda média de até dois salários mínimos (35% menos que um salário mínimo).

Ademais, a expansão exacerbada de núcleos urbanos dos municípios analisados, como a implantação de novos loteamentos pode esbarrar nas restrições legais impostas nos zoneamentos (no que tange principalmente ao uso e ocupação do solo) dispostos nos Planos Diretores locais que, de maneira geral, procuram “disciplinar” o ordenamento territorial. Obviamente as diretrizes impostas pela força da lei podem ser descumpridas ou mesmo ignoradas por práticas ilegais de especulação imobiliária, sendo este um cenário comum na área de abrangência do PEJU.

Importante fonte de receita completar aos municípios analisados, o ICMS Ecológico tem representado um avanço na busca de um modelo de gestão ambiental compartilhada entre os estados e municípios no país. Trata-se de um importante instrumento para o fomento de políticas conservacionistas materializada pela criação, institucionalização e manejo das unidades de conservação e outros espaços especialmente protegidos.

O IDHM<sup>28</sup> - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal procura sintetizar as condições do desenvolvimento humano em âmbito municipal, o IDHM é composto por diversas variáveis, como longevidade, educação e renda, sendo transformado em índice síntese (quantitativo que varia entre 0,000 até 1,000), conforme apresentado na Tabela 67.

---

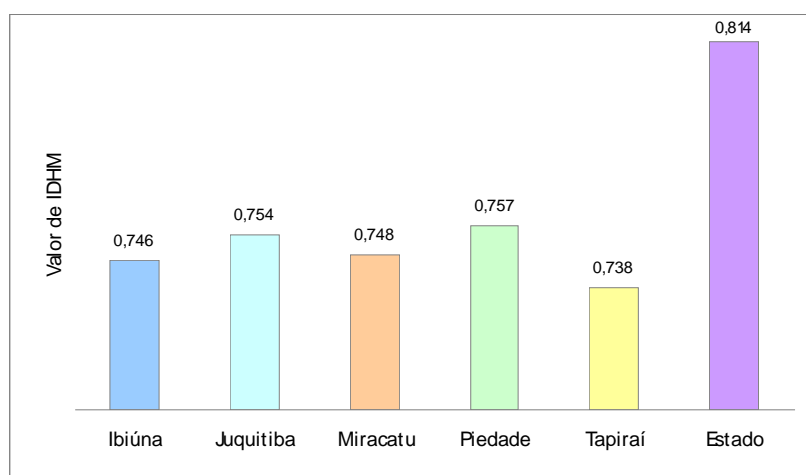
<sup>28</sup> Em relação à longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). No aspecto educação, considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples). Em relação à renda, considera a renda familiar *per capita* (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar). Todos os indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE. Ano de compilação: 2000. (SEADE, 2008).

**Tabela 67.** Índice de Desenvolvimento Humano - Parâmetros.

<b>Baixo</b> desenvolvimento humano	Menor que 0,500
<b>Médio</b> desenvolvimento humano	De 0,500 a 0,800
<b>Alto</b> desenvolvimento humano	Acima de 0,800

Fonte: IBGE/PNUD

Por conta da própria apresentação dos índices dos municípios (IDHM), alguns dos parâmetros utilizados para o cálculo do IDHM não foram totalmente considerados e analisados (por exemplo, longevidade e anos médios de estudo população acima dos 25 anos), optou-se em não adotá-los justamente por já estarem implícitos e integrantes aos cálculos dos resultados dos IDHMs apresentados na Figura 24.



Fonte: Seade (2007)

**Figura 24 - IDHM dos municípios.**

Todos os municípios abordados encontram-se dentro da faixa de desenvolvimento considerado “médio”. Nesta abordagem sintetizadora das condições de vida de uma população (segundo os parâmetros de cálculo do IDHM), o município que apresentou o melhor índice é Piedade, com o IDHM de 0,757, seguido por Juitituba com 0,754, Miracatu com 0,748, Ibiúna com 0,746 e, por fim, Tapiraí apresentando o menor índice, de 0,738.

É importante ressaltar que, os cinco municípios analisados situam-se em uma escala considerada “média” (de 0,500 a 0,800) estando, portanto, todos abaixo da média estadual (denominado apenas como IDH) que é de 0,814 considerado, portanto, como alto.

### 3.3.1.2 Caracterização do PEJU e Área de Abrangência

O PEJU está localizado entre dois grandes conglomerados urbanos, sofrendo influência direta e indireta frente à toda dinâmica social e econômica de tais regiões (RAS e RMSP). Diante do contexto histórico de ocupação antrópica, do diagnóstico socioeconômico e identificação de vetores de pressão, em uma escala estadual e regional, é apresentado a seguir uma avaliação desses aspectos em maior detalhe, ou seja, abordando a UC e sua área



de abrangência em uma escala local, correlacionando os dados apresentados anteriormente (escala estadual e regional), contextualizando-os com toda a realidade atual do uso da terra e ocupação do PEJU e área de abrangência.

Ademais, tem-se nesta análise, a possibilidade da identificação e caracterização dos principais vetores de pressão sobre o PEJU, sob a ótica externa (de “fora para dentro”) da UC, e dos vetores de pressão internos, inerentes a toda a problemática da ocupação pretérita e atual.

Para a identificação dos vetores de pressão, estabeleceu-se uma matriz de avaliação que, em um primeiro momento se fez com a localização geográfica dos limites administrativos (municípios, regiões de governo, administrativas, gerenciamento de recursos hídricos), conforme Tabela 68.

**Tabela 68.** Agrupamento dos municípios de influência.

Região	UGRHI	Municípios	Influência
Região Administrativa de Registro	Ribeira de Iguape	Miracatu	Indireta
Região Administrativa de Sorocaba	Ribeira de Iguape	Tapiraí	Indireta
	Tietê Sorocaba	Ibiúna	Direta
	Tietê Sorocaba	Piedade	Direta
Região Metropolitana de São Paulo	Ribeira de Iguape	Juquitiba	Indireta

Com tal definição espacial, os municípios foram avaliados segundo o grau de influência aos objetivos da unidade de conservação, sendo considerados como influência direta ou indireta. Desta forma, entende-se como influência direta os municípios que possuem área no perímetro da UC, tais como, Ibiúna e Piedade, além dos municípios considerados como de influência indireta, sendo aqueles que possuem apenas áreas limítrofes com o PEJU, não possuindo área no interior da UC, tais como, Juquitiba, Tapiraí e Miracatu.

### 3.3.1.3 Planos Diretores dos Municípios de Influência Indireta sobre o PEJU

Os municípios integrantes desta categoria correspondem a Juquitiba, Tapiraí e Miracatu, são territorialmente limítrofes ao PEJU, cada qual, segundo suas características exercem variadas formas de pressão aos limites do PEJU. Os vetores de pressão antrópica identificados nestes municípios possuem variadas formas e intensidades, tem-se, por exemplo, a presença de vias de acesso ao PEJU (estradas, caminhos), ocupações na área de abrangência, presença de atividades com cunho comercial e turístico, entre atividades e mesmo políticas públicas que afetam de forma direta e indireta a integridade dos limites físicos e preceitos quanto à conservação da biodiversidade da unidade de conservação.

Dentre os municípios por ora analisados, Juquitiba é o mais importante. Sendo territorialmente limítrofe ao PEJU em grande extensão (leste da UC e oeste do município) por meio do rio Juquiá e represa da UHE Cachoeira do França. A partir da rodovia Régis Bittencourt tem-se importante via de acesso aos limites da UC, por meio da estrada municipal conhecida como “Cachoeira do França”, distante aproximadamente 13 Km desse acesso.

Esta estrada é o principal vetor de pressão quanto à exploração e ocupação da área de abrangência do PEJU, além de ser o principal acesso à exploração turística dos atrativos naturais da UC em sua porção leste, como é o caso do uso intensivo e desmedido da represa da UHE Cachoeira do França e da cachoeira do rio Juquiá-Bonito, localizada no interior do PEJU. Quanto à ocupação antrópica, ao longo desta estrada, observa-se o predomínio de pequenas propriedades voltadas a pequena produção agrícola (subsistência) e veraneio.

O ordenamento territorial do município de Juitiba dar-se-á por meio do estabelecimento de seu Plano Diretor<sup>29</sup>. Tal instrumento legal encontra-se em construção pelo atual poder legislativo (Projeto de Lei). O Projeto de Lei possui clara intenção ao fomento de políticas públicas para o estabelecimento de um ordenamento territorial que contemple a mecanismos de conservação a áreas que possuam remanescentes de ambientes naturais.

Por meio de um “macrozoneamento” proposto, o Projeto de Lei buscou contemplar sobremaneira, as bacias dos rios São Lourenço e Juquiá, além de áreas de proteção a mananciais, visando “garantir a proteção dos recursos naturais, recursos hídricos e recuperação de áreas degradadas”, estabelecendo assim, “Macrozonas de Proteção Ambiental” (total de três, correspondendo 133,83 km<sup>2</sup>, ou a 25% do município).

Dentre estas “macrozonas”, a correspondente a área de abrangência do PEJU, foi denominada como “Macrozona de Proteção Ambiental nº 2”<sup>30</sup>. Como as demais macrozonas, determina normas e diretrizes para a ocupação existente, e procura controlar uma “possível ocupação desordenada” futura, onde o Plano Diretor se propõe a qualificar os assentamentos existentes, regularizando-os e ordenando-os de modo a coibir novas ocupações. Importante ressaltar que nesta “macrozona” é permitida qualquer “atividade residencial ou não”, desde que seja “sustentável” (não se define no corpo do texto o que seria ‘sustentável’), os lotes mínimos para estas áreas deverão ter, no mínimo 20.000 m<sup>2</sup>, não sendo admitido o parcelamento (coibindo assim, loteamentos para fins urbanos).

Os municípios de Tapiraí e Miracatu estão localizados em áreas limítrofes ao PEJU, situam-se em porção territorial que equivale a um verdadeiro “eixo” que segue desde a porção oeste em direção ao sul dos limites da UC.

Como principais vetores de pressão, em relação a acessibilidade a área de abrangência do PEJU, tem-se a existência de algumas rodovias e estradas locais. Partindo de Ibiúna, tem-se a rodovia estadual Bunjiro Nakao (SP-250) que dá acesso ao município de Piedade, seguindo então pela rodovia estadual Pe. Guilherme Hovel (SP-079) que liga Piedade a Tapiraí, dando acesso posteriormente a rodovia Régis Bittencourt (BR-116), passando pelo município de Juquiá (pela mesma rodovia, SP-079), tendo acesso ao município de Miracatu, que pode ser acessado também, partindo de São Paulo, pela rodovia BR-116.

Estas vias de acesso correspondem a rodovias de pequeno fluxo de veículos e distam em mais de 10 km dos limites do PEJU e em poucos trechos (ainda em Piedade) atingem a área de abrangência da UC.

---

<sup>29</sup> Projeto de Lei que “Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de Juitiba”, ainda sem numeração oficial (2007), em elaboração/revisão pela nova gestão municipal (2009-2012).

<sup>30</sup> Perímetro definido pelo artigo nº 71.

Ao longo destas vias, existem algumas estradas vicinais não pavimentadas, caminhos e trilhas, que dão acesso à área de abrangência do PEJU, percorrendo em vários sentidos esta mesma região, acessando pequenas propriedades rurais e de veraneio, além de pequenos núcleos urbanos. Desta forma, a ocupação antrópica desta região se dá de maneira rarefeita e incipiente espacialmente, abrigando até mesmo, vastas áreas com cobertura vegetal em bom estado de conservação. Assim, denota-se a ocorrência de vetores de pressão (acessibilidade e ocupação) de pequena expressão se comparados com os existentes na porção noroeste, norte e leste da UC.

Quanto ao ordenamento territorial da área de abrangência do PEJU, o município de Miracatu, em seu atual Plano Diretor<sup>31</sup> define a região limítrofe a unidade de conservação como “Macrozona de Interesse Ambiental”. As diretrizes, normas e instrumentos legais quanto ao uso e ocupação e conservação ambiental aplicados nesta porção territorial, delineadas no Plano Diretor, corroboram com os mesmos definidos no âmbito da legislação estadual e federal, uma vez que o município não possui ainda uma legislação específica neste setor, aplicando os instrumentos legais de outras esferas legislativas (no Plano Diretor).

Ademais, a área de abrangência do PEJU, correspondente ao município de Miracatu, sobrepõe-se ao perímetro da APA da Serra do Mar e aos limites do PESM - Núcleo Pedro de Toledo (pequeno trecho ao sudeste), UC que também estão sujeitas ao cumprimento de legislação e zoneamento específicos quanto a conservação, uso e ocupação da terra.

O município de Tapiraí não possui Plano Diretor, e não possui obrigação legal de fazê-lo (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001)<sup>32</sup>. No entanto, de acordo com informações da própria Prefeitura<sup>33</sup>, o ordenamento territorial se faz de acordo com a existência de duas “zonas” distintas, o denominado “Perímetro Urbano”, que corresponde territorialmente a aproximados 12 km<sup>2</sup> de seu núcleo urbano principal (sede administrativa) e o restante do território do município, considerado como “Zona Rural”.

De acordo com informações da prefeitura, não existem em curto prazo perspectivas para projetos de expansão urbana ou implantação de “zonas” que atraiam e permitam outras atividades econômicas ou que fomentem alguma forma de ocupação. A regulamentação do uso e ocupação do solo do município é de uma maneira geral sujeita ao cumprimento direto da legislação em âmbito estadual e federal, com alguns instrumentos legais municipais que atuam de forma complementar.

O município também possui na área de abrangência do PEJU, a sobreposição de outra área legalmente protegida, o perímetro que integra a APA da Serra do Mar, portanto, também sujeita ao cumprimento de legislação e zoneamento específicos quanto a conservação, uso e ocupação da terra.

O **Mapa 14**. Zoneamento dos Planos Diretores Municipais, foi elaborado a fim de subsidiar os trabalhos de caracterização dos vetores de pressão dos municípios de influência direta e indireta sobre o PEJU.

---

<sup>31</sup> Plano Diretor municipal está em fase de revisão, segundo informação verbal (contato telefônico, em janeiro de 2009) do Secretário municipal de Planejamento e Fazenda, Sr. José dos Santos Mota Filho.

<sup>32</sup> Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes.

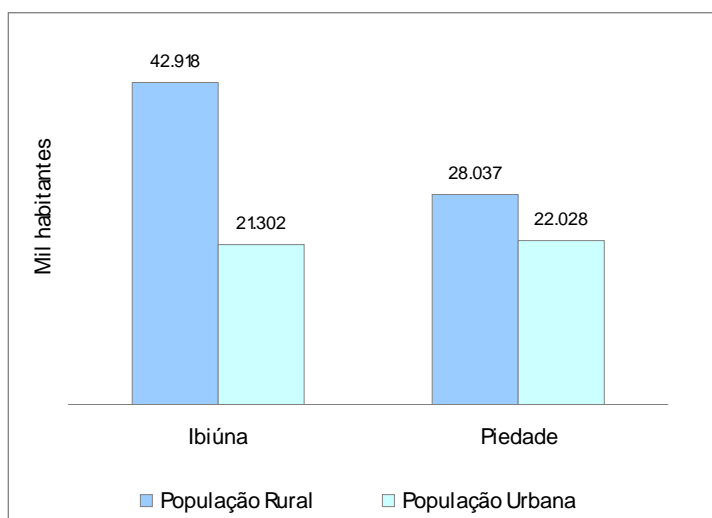
<sup>33</sup> Assessoria do Prefeito de Tapiraí, Sr. Alvino Guilherme Marzeuski, via telefonema em 10/02/2009.

### 3.3.1.4 Caracterização Socioeconômica dos Municípios de Influência Direta sobre o PEJU

Faz-se pertinente um maior entendimento das características socioeconômicas dos municípios considerados como de influência direta, ou seja, os municípios que abrigam em seus territórios os limites da UC e respectiva área de abrangência: Piedade e Ibiúna. A caracterização mais detalhada e concisa de tais unidades administrativas subsidiará a abordagem adotada para a caracterização dos fatores que denotam os variados vetores de pressão (internos e externos, positivos e negativos) alocados na área de abrangência da própria UC.

Os municípios de Ibiúna e Piedade encontram-se inseridos na Região Administrativa e de Governo de Sorocaba (RAS e RGS respectivamente), localizadas na região sudoeste do Estado de São Paulo. As áreas desses municípios são de 1059,69 km<sup>2</sup> e 745,54 km<sup>2</sup> respectivamente.

A população denominada urbana se equivale quantitativamente nos municípios (Ibiúna é de 21.302 habitantes e Piedade 22.028, IBGE, 2000), no entanto, a diferença populacional entre os mesmos se dá quando se avalia a distribuição da população entre rural e urbana, onde Ibiúna possui uma população rural estimada em 42.918 habitantes enquanto Piedade possui 28.037 habitantes rurais (Figura 25).

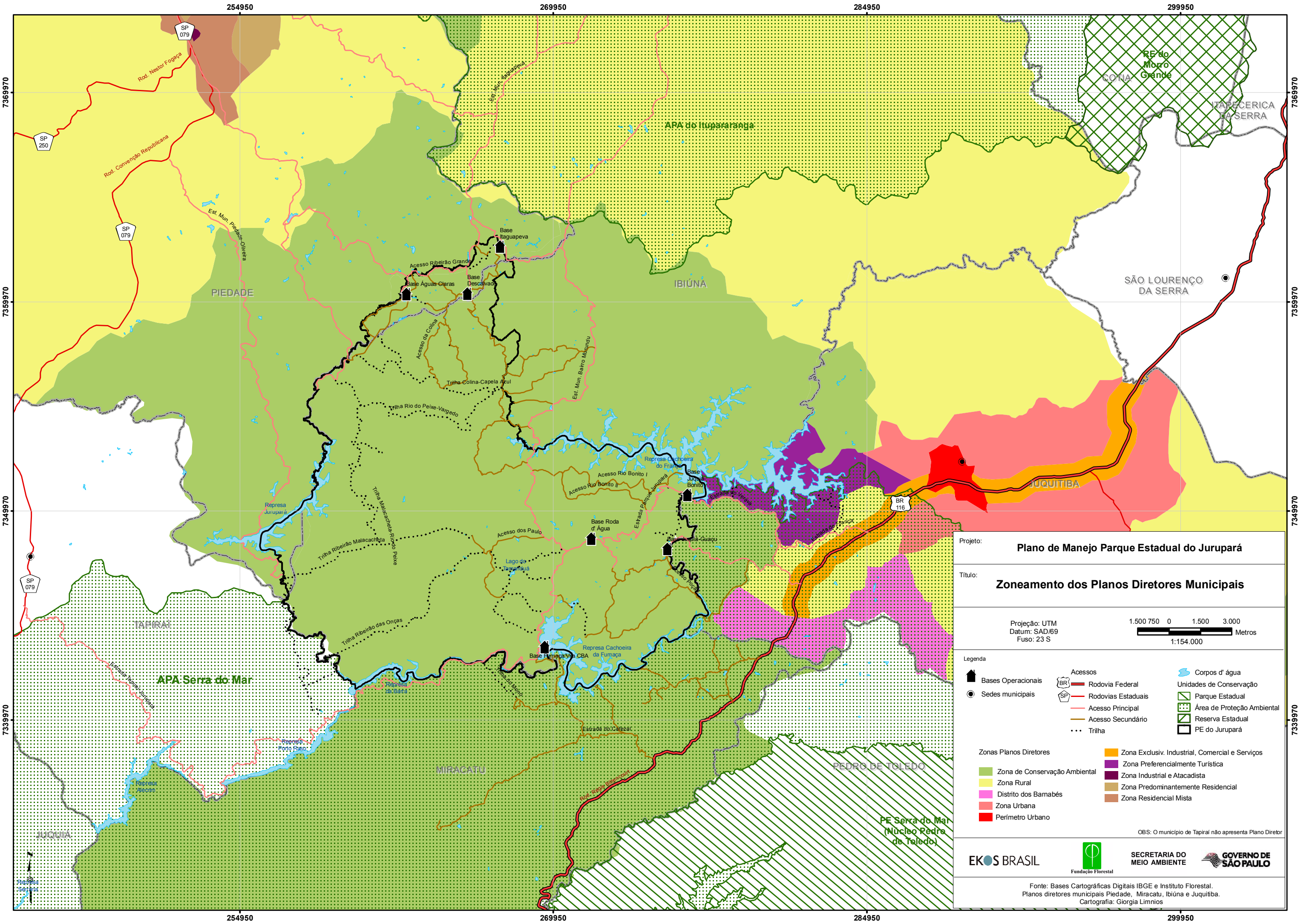


Fonte: IBGE (2000)

**Figura 25** - População rural e urbana de Piedade e Ibiúna.

No município de Ibiúna, considerável fração deste contingente populacional considerado rural, concentra-se, sobretudo, na região centro-sul do município, ocupando desta forma áreas consideradas como de influência indireta sobre o PEJU.

Importantes correlações podem ser realizadas, tendo como fatores esta divisão da população rural e urbana, distribuição da faixa etária, análise das faixas salariais e PIB segundo os setores da economia local. A distribuição proporcional da população de ambos os municípios nas diferentes faixas etárias se assemelha.



Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual do Jurupará**

Título: **Zoneamento dos Planos Diretores Municipais**

Projeção: UTM  
 Datum: SAD/69  
 Fuso: 23 S

1:500 0 1.500 3.000  
 Metros  
 1:154.000

Legenda

Bases Operacionais	Rodovia Federal	Corpos d' água
Sedes municipais	Rodovias Estaduais	<b>Unidades de Conservação</b>
	Acesso Principal	Parque Estadual
	Acesso Secundário	Área de Proteção Ambiental
	Trilha	Reserva Estadual
		PE do Jurupará

**Zonas Planos Diretores**

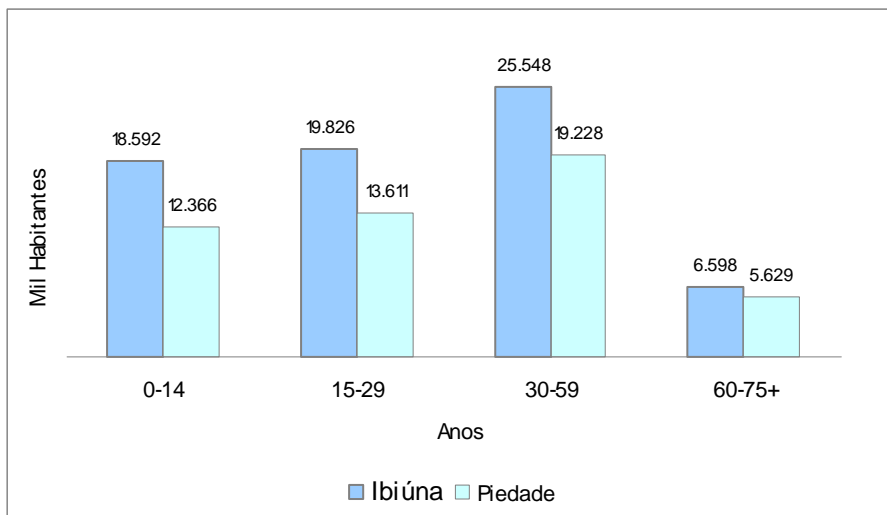
Zona de Conservação Ambiental	Zona Exclusiv. Industrial, Comercial e Serviços
Zona Rural	Zona Preferencialmente Turística
Distrito dos Barnabés	Zona Industrial e Atacadista
Zona Urbana	Zona Predominantemente Residencial
Perímetro Urbano	Zona Residencial Mista

OBS: O município de Tapirai não apresenta Plano Diretor

**EKOS BRASIL** **SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE**

Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.  
 Planos diretores municipais Piedade, Miracatu, Ibiúna e Juquitiba.  
 Cartografia: Gorgia Limnios

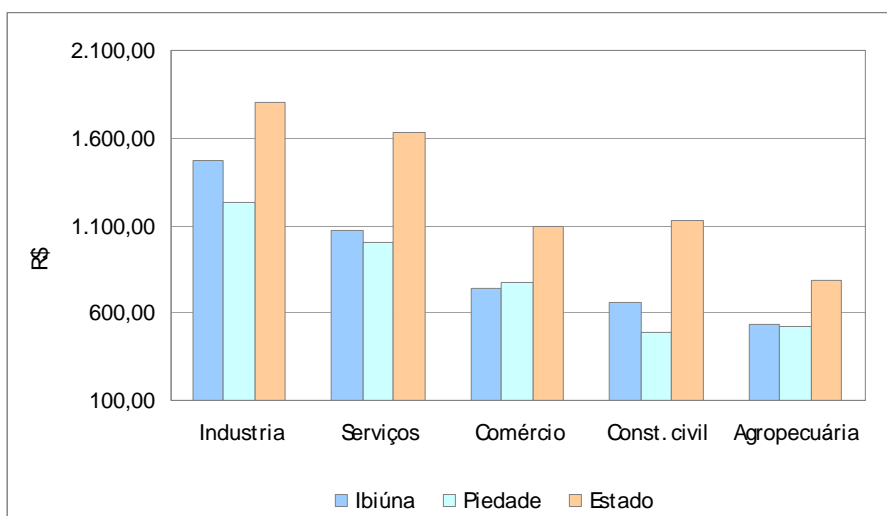
Observa-se que em ambos os municípios, mais de 50% da população está na faixa etária que se situa abaixo dos 30 anos de idade (Ibiúna com aproximadamente 54% e Piedade com 51%), ou seja, populações consideradas jovens. A população adulta (entre os 30 e 59 anos) equivale aproximadamente a 37% em ambos os municípios, o mesmo ocorre proporcionalmente com a população considerada como idosa (acima dos 60 anos de idade) em torno dos 11%, conforme se pode observar com na análise da Figura 26.



Fonte: SEADE (2007)

**Figura 26** - Faixa etária da população - Piedade e Ibiúna.

Em relação às faixas salariais por setores da economia (Figura 27), exceção feita ao comércio, o município de Ibiúna apresenta maior média de rendimentos em todos os setores, na indústria a faixa salarial de Ibiúna é de R\$ 1.474,16, no setor de serviços é de R\$ 1.075,96, na construção civil é de R\$ 664,51 e na agropecuária com 530,16 (equivalente a 1,2 salários mínimos vigentes).



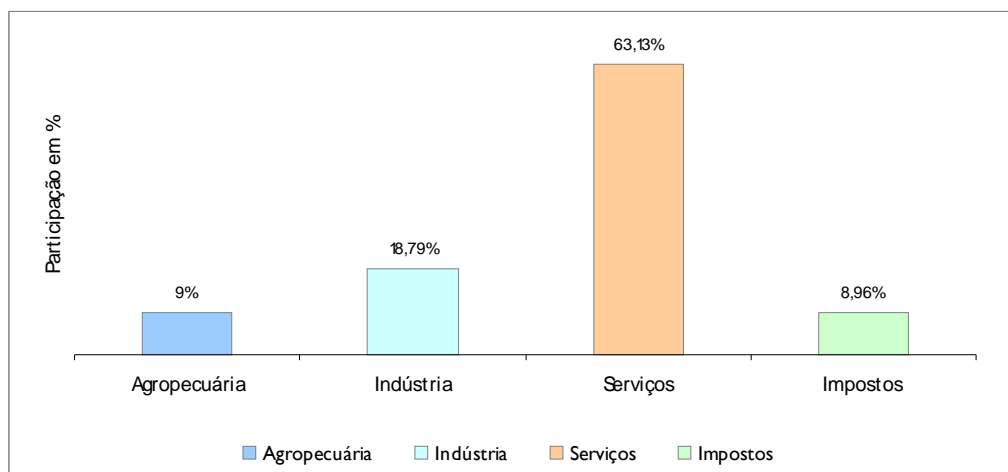
Fonte: SEADE (2007)

**Figura 27** - Faixas salariais médias - Piedade e Ibiúna.

Enquanto em Piedade os valores para indústria são de R\$ 1.226,12, serviços é de R\$ 1.004,58, comércio é de R\$ 771,07 (em Ibiúna o comércio é de R\$ 734,91), construção civil é de R\$ 487,49 e na agropecuária com R\$ 518,38 (nota-se que em Ibiúna o setor com menores rendimentos é o setor agropecuário, enquanto em Piedade os menores rendimentos estão na construção civil, além de os municípios possuírem faixas salariais médias em todos os setores inferiores aos índices estaduais).

É interessante notar que apesar do contingente populacional rural em ambos os municípios ser predominante (Ibiúna com aproximadamente 65% da população e Piedade com 55% da população total), as atividades econômicas exercidas por esta parcela da população possuem modesta participação no computo geral das economias locais, seja no rendimento médio das faixas salariais ou mesmo na participação dos PIB locais.

Desta forma, pode-se aferir que toda área de abrangência do PEJU, correspondente a estes municípios, está inserida neste contexto econômico, com todas as suas dimensões no âmbito social. No computo geral da participação nos PIB municipais de acordo com os setores da economia (Figuras 28 e 29)<sup>34</sup>, o setor de serviços (englobando o comércio) destaca-se, com mais de 60% de participação em ambos os municípios, no entanto, não é o que possui as maiores faixas salariais (sendo a indústria em ambos os municípios).

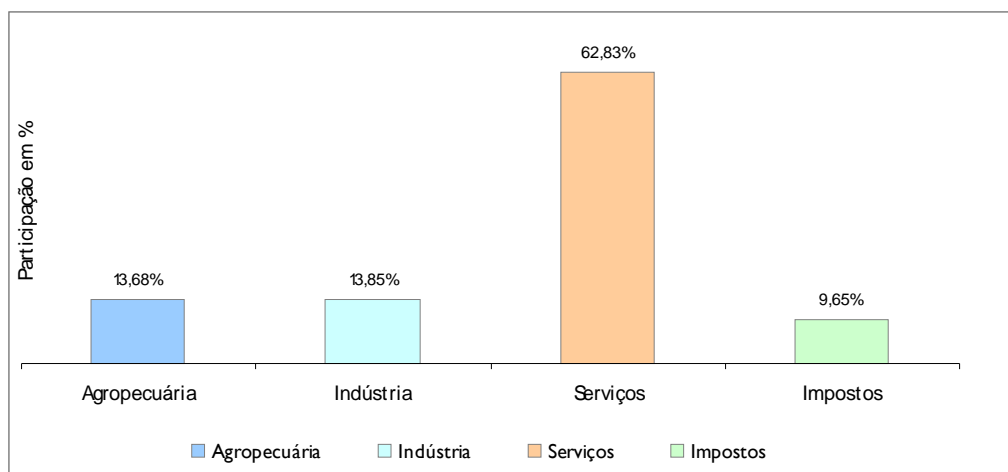


Fonte: CNW/IBGE (2006)

**Figura 28** - Participação dos setores econômicos no PIB em Ibiúna.

O setor agropecuário, atividades predominantes no PEJU e área de abrangência, participa nos PIB dos municípios com 9% em Ibiúna e pouco mais de 13% em Piedade, sendo atividades, segundo o que se atestam atualmente os zoneamentos municipais e mapeamento do uso e ocupação da terra, conflitantes aos propósitos de conservação da UC, além de terem uma participação pequena nos PIB municipais. Fato este que pode ser explicado pelo baixo valor agregado aos produtos e atividades que tal setor proporciona em relação aos demais setores econômicos, tanto em rendimentos e geração de receitas tributárias, quanto pelas faixas salariais (em grande parte são atividades de subsistência).

<sup>34</sup> A Confederação Nacional de Municípios (CNM), inclui como parcela do PIB as receitas provenientes de impostos sobre produtos e atividades, de acordo com metodologia do IBGE.



Fonte: CNW/IBGE (2006)

**Figura 29** - Participação dos setores da economia no PIB em Piedade.

Mesmo diante da pequena participação no PIB e deter baixas médias quanto aos rendimentos mensais, segundo o último Censo Agropecuário do IBGE (2006), em ambos os municípios a produção agropecuária é diversificada.

O setor agropecuário no município de Ibiúna é bastante significativo na ocupação da mão-de-obra, chegando a corresponder a cerca de 20% dos empregos ocupados no município. De acordo com o último Censo existem 20 tipos de empresas de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal<sup>35</sup>.

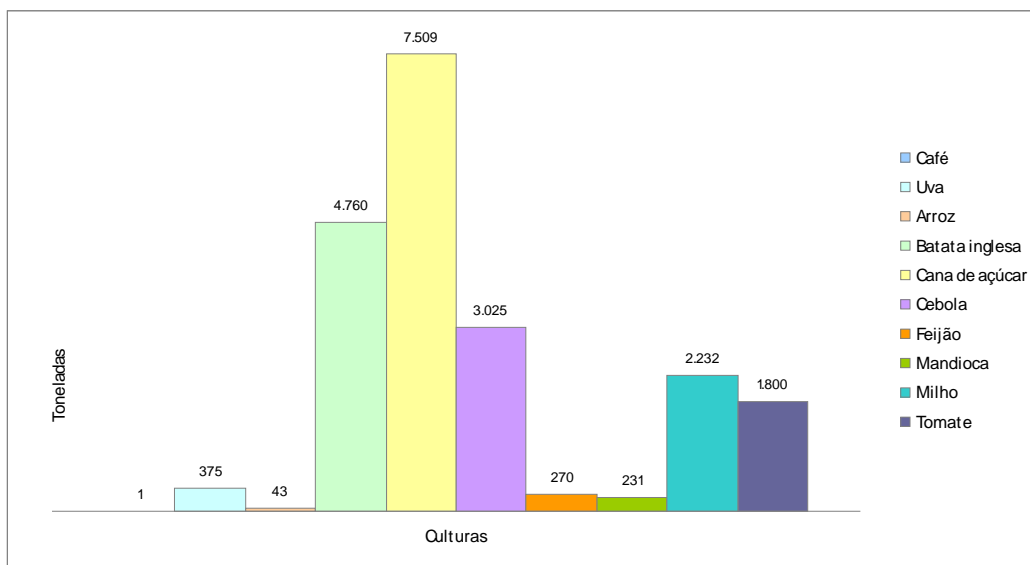
A produção principal é de milho, feijão, arroz e, hortaliças. Segundo o censo realizado, existe a produção em lavouras permanentes de café, caqui, laranja, maçã, pêra, pêssego e uva, além de lavouras temporárias de arroz, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate.

Quanto ao número de estabelecimentos destinados à criação comercial de animais, existem no município um total de 135 estabelecimentos com criação de bovinos, 25 com criação de caprinos, 24 com ovinos, 75 com suínos e 213 destinados a avicultura.

A distribuição das atividades agropecuárias, quanto à produção em toneladas, quantidade de frutos e número de estabelecimentos voltados a criação de animais, são demonstrados nas Figuras 30, 31 e 32.

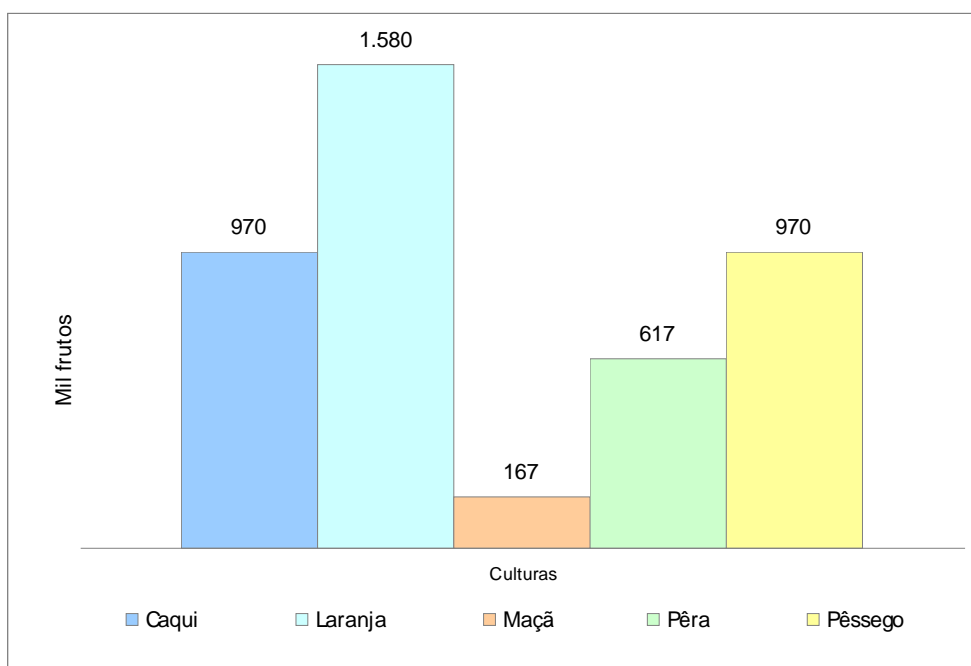
<sup>35</sup> De acordo com parâmetros estabelecidos pelo IBGE, os tipos de “empresas” são classificadas, segundo o agrupamento de “produtos homogêneos”. No tocante a Silvicultura corresponde a exploração de espécies madeireiras (para papel e celulose, movelaria, indústria naval), espécies para conservação de bosques e zonas florestais, mudas e sementes certificadas de espécies florestais. Exploração Florestal corresponde a atividades voltadas à madeiras e ceras vegetais de exploração florestal, fibras e materiais para cestaria ou espartaria da exploração florestal, gomas elásticas e não elásticas para exploração florestal, plantas oleaginosas (óleos e gorduras vegetais, resinas), produtos aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes da exploração florestal, tanantes vegetais da exploração florestal e frutas da exploração florestal.





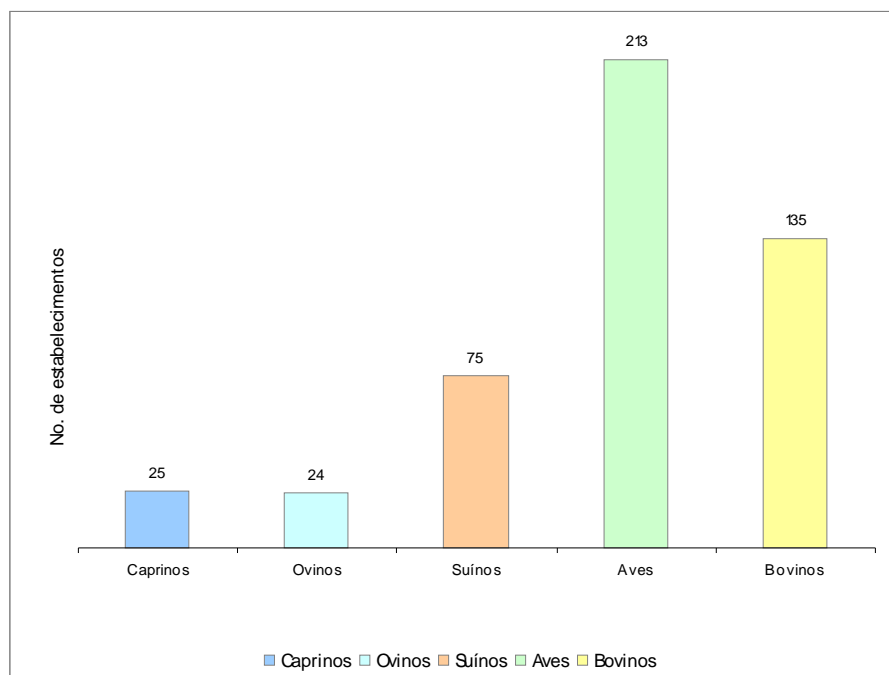
Fonte: Censo agropecuário (2006)

**Figura 30** - Produção anual de lavouras do município de Ibiúna (em toneladas).



Fonte: Censo agropecuário (2006)

**Figura 31** - Produção anual de lavouras do Município de Ibiúna (em mil frutos).



Fonte: Censo Agropecuário (2006)

**Figura 32** - Criação de animais no município de Ibiúna (em estabelecimentos).

O setor agropecuário de Piedade ocupa mais de 16% da mão-de-obra da população economicamente ativa. Segundo o último Censo Agropecuário, existem 16 tipos de empresas de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal.

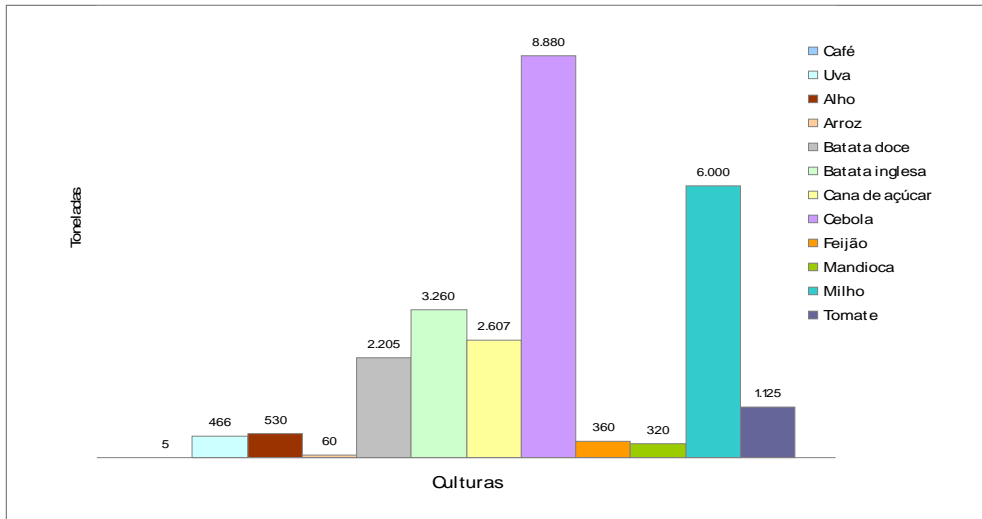
As produções agrícolas de destaque são as de alface, morango, caqui e alcachofra<sup>36</sup>. A produção de lavouras de caráter permanente correspondem a café, caqui, pêssego, uva, abacate e tangerina.

As lavouras temporárias são de alho, arroz, batata doce, batata inglesa, cana de açúcar, cebola, feijão, mandioca, milho e tomate.

O município possui quanto ao número de estabelecimentos destinados a criação de animais, segundo levantado pelo censo agropecuário, um total de 204 estabelecimentos destinados a criação de bovinos, 22 voltados a criação de caprinos, 27 com ovinos, 69 com suínos e 124 destinados à criação de aves.

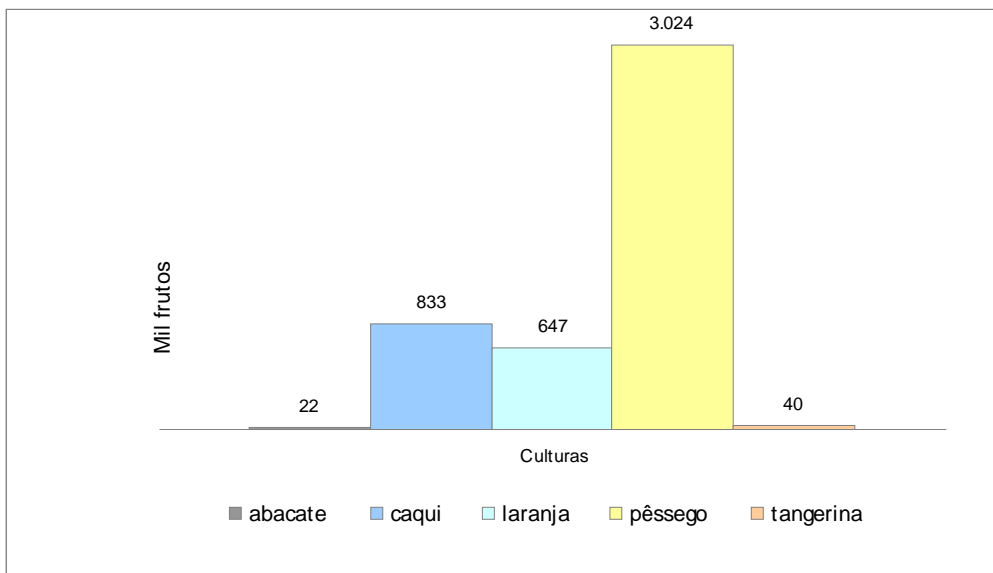
A distribuição das atividades agropecuárias, quanto a produção em toneladas, quantidade de frutos e número de estabelecimentos voltados a criação de animais, são demonstrados nas Figuras 33, 34 e 35.

<sup>36</sup> Apesar de o município ser considerado o maior produtor nacional de alcachofra (conforme noticiado frequentemente pela imprensa) tal atividade não configura no censo agropecuário realizado pelo IBGE.



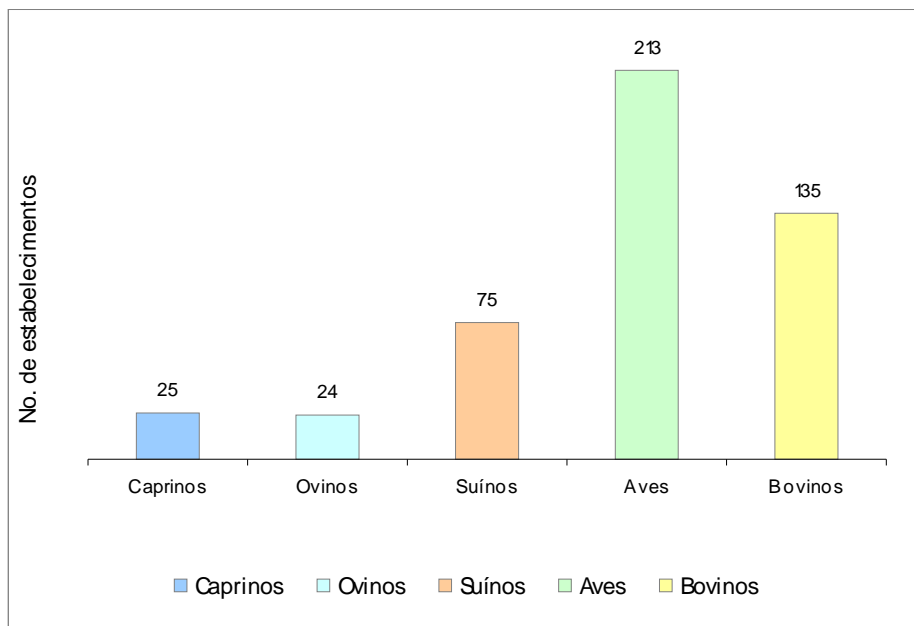
Fonte: Censo agropecuário (2006)

**Figura 33** - Produção anual de lavouras do Município de Piedade (em ton).



Fonte: Censo agropecuário, 2006

**Figura 34** - Produção anual de lavouras do Município de Piedade (em mil frutos).



Fonte: Censo Agropecuário (2006)

**Figura 35** - Criação de animais no município de Piedade (em estabelecimentos).

### 3.3.1.5 Vetores de Pressão dos Municípios de Influência Direta sobre o PEJU

Os setores norte, noroeste e nordeste (Piedade e Ibiúna), correspondem às porções territoriais que abrigam os maiores vetores de pressão diretos sobre o PEJU e área de abrangência. A pressão antrópica deu-se, sobretudo, em função do processo de urbanização e expansão territorial crescente, além do aumento populacional dos municípios de Ibiúna e Piedade nos últimos decênios. Estes fatores integrados remetem ao advento da criação de novos loteamentos e ao parcelamento do solo (desmembramento de grandes propriedades rurais em unidades menores).

Aliados a este processo de criação de novos núcleos de ocupação, ao adensamento e crescimento populacional, tem-se a implantação e melhoramento de vias de acesso, instalação de equipamentos públicos, implementação de benfeitorias, em suma, fatores que fixaram e atraíram um contingente populacional diverso a toda a área de abrangência do PEJU (incluindo os próprios limites internos da UC). Da mesma forma, a presença de linhas de transmissão de energia elétrica, torres de alta tensão, dutos, usinas hidrelétricas, represamentos, entre outros fatores, multiplicaram, o leque de atrativos à região, e em consequência, as possibilidades de uso de recursos naturais, geração de impacto ambiental e penetração nos limites da área protegida, tornando-a desta forma, vulnerável nestes setores citados.

É bem verdade que existem pressões advindas das porções oeste, leste e sul, especialmente no tocante a vias de acesso (estradas, caminhos, trilhas), pela navegação dos rios e represas e pela ocupação por pequenas propriedades (veraneio e atividades agropecuárias) e proximidade com pequenos núcleos urbanos, no entanto, nestes setores, configuram-se em ocorrências pontuais, cujos impactos podem ser até mesmo considerados de menor monta em relação ao eixo noroeste a nordeste do PEJU e área de abrangência.

Os setores citados como de maior pressão antrópica, estão sob a influência econômica da Região Administrativa de Sorocaba (RA Sorocaba), via municípios de Piedade e Ibiúna tendo como principais vetores de acesso as rodovias Castello Branco (SP-280) e Raposo Tavares (SP-270), que, mesmo não dando acesso direto ao PEJU, são vias de interligação direta ao grande conglomerado urbano da RAS e mesmo da RMSP.

Regionalmente, tem-se nas vias de interligações, como a rodovia Bunjiro Nakao (SP-250) acesso direto aos municípios de Ibiúna e Piedade, a partir da Rodovia SP-270, e a rodovia Pe. Guilherme Hovel (SP-079) que liga Piedade a Tapiraí, dando acesso a Rodovia BR-116, via o município de Juquiá, com acesso ao município de Miracatu.

Todas estas vias de circulação podem ser consideradas como vetores de pressão de acessibilidade, diretas e indiretas, pois interligam duas grandes unidades territoriais (RMSP e RAS) e acabam por legar fluxos econômicos e populacionais por toda a região, seja por conta da significativa rede de acessos denotada por um extenso sistema de vias de circulação, seja pelo perfil econômico destes grandes centros, detentores de grandes parques industriais e pólos tecnológicos com significativo destaque nos cenários nacional e mundial.

Atrelado a todo este cenário, tem-se toda uma rede de infra-estrutura urbana que atende a um contingente populacional (somando as duas regiões) que ultrapassa os 55% da população de todo o Estado de São Paulo (Seade, 2009).

Concomitantemente, foram identificados, vetores de pressão de ocupação, que representam todo o contexto socioeconômico dos municípios de influência direta, refletidos no PEJU e área de abrangência. Tais vetores de ocupação não são apenas núcleos habitacionais ou agrupamentos urbanos, podem ser caracterizados também pela existência de propriedades destinadas a produção agropecuária ou mesmo para lazer e veraneio.

O ordenamento territorial expresso por meio dos Planos Diretores dos municípios considerados de influência direta expressam os atuais e vislumbram tendências futuras quanto aos vetores de pressão exercidos aos limites e preceitos da UC. Tais instrumentos legais, ordenam os seus territórios considerando suas porções territoriais adjacentes aos limites do PEJU, e mesmo as áreas que abrigam os seus limites, com zoneamentos alencados a instrumentos legais específicos.

Piedade possui em seu território 2% da área do PEJU, além da área de abrangência nos limites noroeste e oeste. Segundo o zoneamento instituído pelo Plano Diretor<sup>37</sup>, toda esta região foi enquadrada no zoneamento como Zona de Conservação Ambiental - ZCA.

Esta porção territorial, segundo o texto legal, é destinada à “implantação exclusiva de usos que garantam a ampla manutenção de superfícies permeáveis recobertas por vegetação como os parques públicos, sendo admitidos empreendimentos privados semelhantes, como os clubes e hotéis recreativos com baixíssimos índices de ocupação, desde que preservem, em caráter permanente, o atributo protegido”.

---

<sup>37</sup> Lei nº 3935 de 20/06/08. Art. 1º. Institui as normas para o uso, ocupação e parcelamento do solo do Município de Piedade a partir do macrozoneamento definido pelo Plano Diretor do Município de Piedade instrumento básico da política de desenvolvimento do Município.

Nesta ZCA não é permitido qualquer loteamento do solo para fins urbanos, os lotes devem ter uma área mínima 10.000 m<sup>2</sup>, índices urbanísticos não podem ultrapassar aos 10% de taxa de ocupação máxima do terreno, 30% de taxa de aproveitamento, e precisa ser permeável em 80% de sua área total (art. 21).

A legislação municipal ao classificar os “tipos de uso”, determina que “caberá à Prefeitura de Piedade estabelecer o enquadramento dos diversos tipos de usos às categorias estabelecidas“, no entanto, as categorias instituídas no Plano Diretor estabelecem diversas atividades, algumas de forma incompatível e contraditória<sup>38</sup>, como por exemplo, ao considerar como “Usos perigosos e/ou especiais”, atividades que representem “risco de dano à vizinhança provocado por explosão, incêndio ou outro sinistro, e que devam ser controlados, ou estabelecimentos cuja localização é definida em função de condicionantes técnicas estritas”.

Lista-se nesta categoria as seguintes atividades: pedreiras; fabricação e depósitos de fogos de artifício; campos de tiro; depósitos de materiais explosivos, GLP, tóxicos ou inflamáveis e elementos radiativos; reservatórios de tratamento de água e esgoto; subestações elétricas; terminais de transporte; cemitérios, humanos de animais; zoológicos; parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Nota-se, portanto, a incompatibilidade em considerar numa mesma categoria atividades voltadas à conservação e proteção dos recursos naturais (integrantes do SNUC - PN, RE e APA).

O município de Ibiúna por sua vez, ordenou seu território segundo o Plano Diretor<sup>39</sup> em “Macrozonas”, sendo que o próprio PEJU e sua área de abrangência foram inseridos na denominada “Macrozona de Interesse Ambiental”<sup>40</sup>. O Plano Diretor propõe que esta porção territorial seja destinada à “recreação, lazer, turismo e extrativismo vegetal que conciliem a proteção de bens naturais e culturais, combinando o desenvolvimento socioeconômico com a preservação do patrimônio ambiental do município, disciplinando o uso do solo, garantindo a qualidade ambiental e conservando os recursos hídricos”.

As construções (loteamentos, imóveis rurais, e urbanos, benfeitorias em áreas de propriedades rurais) consolidadas nestas áreas estão subordinadas à regularização através destas leis específicas do Plano Diretor, uma vez que, segundo o corpo do texto da Lei, estas possuem “o intuito de restaurar a qualidade ambiental natural e respeitar a fragilidade dos terreno”. O Plano Diretor municipal reconhece a existência do PEJU no território municipal, e busca legislar sobre o mesmo<sup>41</sup>, estabelecendo: No Parque Estadual do Jurupará. Elaboração de cadastro dos habitantes da área de forma a evitar novas ocupações; Em conjunto com os habitantes do Parque Estadual do Jurupará estabelecer as condições de regularização fundiária, definindo em médio prazo pela implementação de política de uso sustentável da área”.

---

<sup>38</sup> Capítulo II – Zoneamento municipal, Artigo 18.

<sup>39</sup> Lei n° 1236 de 13 de Dezembro de 2006.

<sup>40</sup> Artigos 46, 47 e 48. Definem e regulamentam a Macrozona de Interesse Ambiental. Outras “Macrozona” de Interesse Urbano, Rural e Industrial.

<sup>41</sup> Artigo 53, parágrafo terceiro.

### 3.3.1.6 Caracterização do Uso e Ocupação da Terra - Interferências Antrópicas sobre o PEJU

De acordo com dados disponibilizados no levantamento fundiário do PEJU, diagnóstico regional e local e estudos em campo, foi possível, elaborar a caracterização das atividades antrópicas, bem como o mapeamento das categorias de uso de ocupação da terra do interior do PEJU.

De maneira geral, a ocupação existente ocorre de forma esparsa territorialmente, em pequenos núcleos de povoamento, que se diferem, sobretudo, nas formas de uso da terra e no tipo de ocupação.

Dentre os núcleos identificados, destacam-se, as localidades de Itaguapeva, ao norte, e Juquiá-Bonito, localizada ao leste da UC. Não obstante, existe também de maneira significativa, o uso da área e, sobretudo, de seus recursos hídricos pela CBA e Faixa Azul Indústria de Móveis para Escritório, possuidoras de instalações para geração e transmissão de energia elétrica.

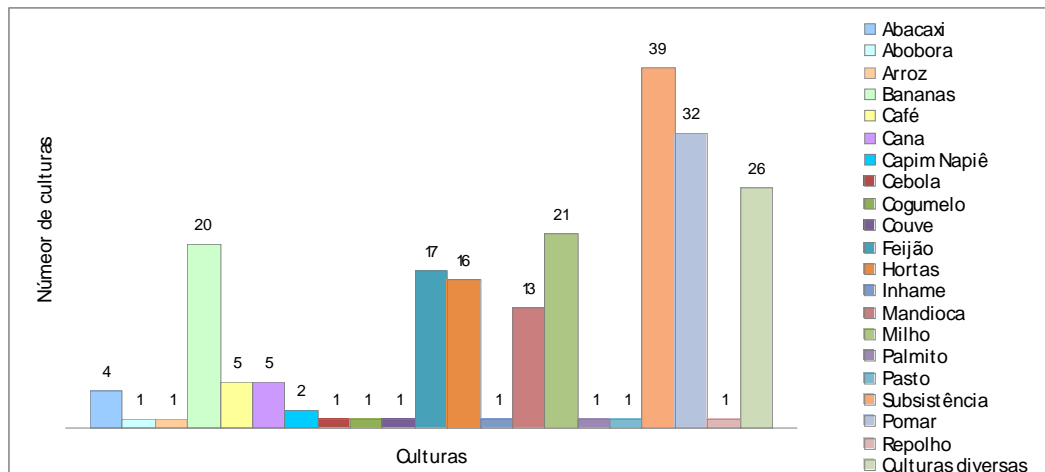
#### Núcleo Itaguapeva

O núcleo Itaguapeva está localizado na região do extremo norte da UC, nos municípios de Piedade e Ibiúna. Pelo contingente populacional e total de ocupações levantadas neste núcleo, as formas de uso e ocupação da terra predominantes outrora, exerceram significativa pressão aos propósitos de conservação do PEJU, no entanto, encontram-se em um processo gradativo de estagnação devido às ações de fiscalização e êxodo de ocupantes.

Destas ocupações (habitadas ou abandonadas), a totalidade corresponde a minifúndios improdutivos do ponto de vista econômico, denotando atividades de subsistência. Predomina a presença de pequenas frações destas posses ocupadas por diversas policulturas de pequena expressão ou mesmo por pequenas criações, entre outras sem qualquer destinação ou uso aparente ou mesmo declarado.

Esta incipiente produção agrícola e criação de pequenos animais, são destinadas em quase sua totalidade ao consumo próprio, restando um pequeno excedente destinado a trocas e modesto comércio local.

Das culturas apontadas quando do levantamento fundiário realizado, as predominantes são as de feijão, banana, mandioca, milho e hortaliças em geral, além de outras culturas, destinadas exclusivamente a subsistência (pomares e culturas diversas, atestando o caráter de sustento próprio dos ocupantes locais, conforme Figura 36).



**Figura 36** - Tipos de culturas, núcleo Itaguapeva, Ibiúna.

Comparativamente, o núcleo Itaguapeva apresenta níveis de renda familiar média dentro do normal apresentado para a região, especialmente em relação ao próprio município de Ibiúna (1,53 salários mínimos). Segundo os levantamentos realizados, mais de 60% da população residente no Núcleo Itaguapeva possui renda média de até dois salários mínimos (35% menos que um salário mínimo).

Destoando da realidade local, os ocupantes estrangeiros apresentam renda familiar que situa-se entre quatro e dez salários mínimos, além de possuírem em suas posses, melhores benfeitorias (alguns até com piscinas e áreas de lazer bem estruturadas).

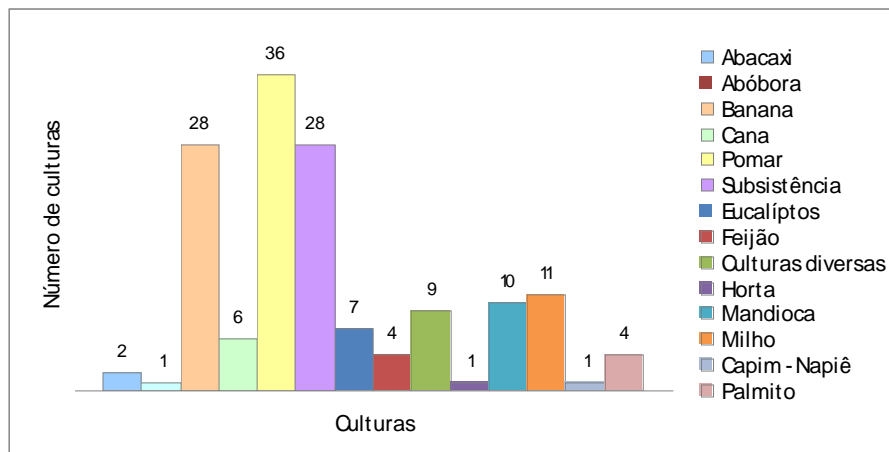
### Núcleo Juquiá-Bonito

O núcleo Juquiá-Bonito está localizado na porção centro-leste da UC, no município de Ibiúna. Assim como no núcleo Itaguapeva, é também consideravelmente povoado, abrigando uma igreja, associação de moradores, escola, entre outras construções.

Da mesma forma, as atividades exercidas pelas famílias ocupantes, como práticas agropecuárias dentre outras atividades antrópicas, exercem pressão moderada sobre os propósitos de conservação da UC.

Segundo os levantamentos realizados, cerca de 20% das posses estão ocupadas. Nestas, foram contabilizados dezessete tipos de culturas de caráter temporário e 36 permanentes. As culturas mais comuns são as de banana, milho e mandioca, além da presença maciça de pomares com frutas diversificadas entre outras culturas denominadas como subsistência, conforme pode ser observado na Figura 37.





Fonte: Censo agropecuário, 2006

**Figura 37** - Tipos de culturas, núcleo Juquiá-Bonito, Ibiúna

De maneira geral, pode-se aferir que o perfil socioeconômico dos ocupantes destes núcleos (Itaguapeva e Juquiá-Bonito), inseridos no PEJU (independente do período de residência) são de baixa renda mensal, predominantemente migrantes.

Dentre os que não ocupam diretamente as posses, muitos residem em áreas urbanas da RMSP e mantêm tais ocupações como "sítios de lazer/veraneio", quase na totalidade com benfeitorias rústicas e em estado de conservação considerados de regular a péssimo, exceção aos ocupantes estrangeiros (Itesp, 2008/2009).

### Atividades da CBA

Dentre as atividades antrópicas existentes no interior do PEJU, as exercidas pela CBA possuem grande importância. A interferência das instalações e das atividades decorrentes da companhia, sobretudo no tocantes à utilização dos recursos hídricos por meio de represamentos e operação das UHE e PCH, ocasionam, por exemplo, alterações no regime hídrico de micro-bacias hidrográficas por meio do represamento, retirada de cobertura vegetal, e em consequência, interferem na disponibilidade e qualidade das águas (superficiais e subterrâneas) no interior e mesmo em áreas a jusante (externas) da UC.

Em funcionamento interligado com as unidades geradoras de energia elétrica, existe também a presença de linhas de transmissão de energia (compreende o linhão e as tores de transmissão), instalações administrativas e de vigilância, além da existência de uma vila residencial administrada pela CBA, destinada à moradia de operários e seus familiares.

Todos os represamentos e respectivas instalações das usinas hidrelétricas, estão localizados em áreas no perímetro do PEJU, com os municípios da área de abrangência. A UHE Cachoeira do França (barragem, represamento e casa de máquinas) está situada no limite da UC com o município de Jucituba; o represamento da UHE Cachoeira da Fumaça situa-se em área limítrofe com o município de Miracatu, no entanto, suas estruturas físicas, estão no interior do PEJU; a UHE da Barra localiza-se nos limites da UC, com o município de Tapiraí; e, a PCH Jurupará, que situa-se nos limites da UC com o município de Piedade.

Segundo informações da própria CBA, o eixo de barramento da UHE Cachoeira da Fumaça possui 53,5 m de altura desde a sua fundação, com significativos remanescentes florestais em seu entorno, além de estar nas proximidades da vila residencial e instalações institucionais (escola, comércio, área de conveniência) mantidas pela empresa.

Por sua vez, o eixo de barramento da UHE Cachoeira do França, possui 48 m de altura, em seu entorno existem muitas áreas ocupadas por reflorestamentos (eucaliptos) e algumas áreas cultivadas e com a presença de remanescentes florestais, além de os acessos às estruturas da UHE serem também, importantes acessos ao interior do PEJU.

Contudo, estes acessos possuem a presença de aparato de vigilância constante (cabina de fiscalização monitorada por câmeras), esta UHE é interligada com a UHE Cachoeira da Fumaça por meio de linha de transmissão que remete energia às instalações da empresa CBA, no município de Alumínio (LT França-Fumaça e LT França-Alumínio). A LT Fumaça-França percorre o interior do PEJU, enquanto, a LT França-Alumínio percorre a área de abrangência do Parque.

O barramento da UHE da Barra possui 94,85 m de altura e está localizado em uma área envolta por significativos remanescentes florestais, tendo incipiente presença humana quanto à ocupação permanente. A represa da PCH Jurupará é considerada de pequeno porte, tendo o seu barramento cerca de 23 m de altura, localiza em uma região que abriga os mais significativos remanescentes florestais do PEJU.

Estas unidades estão interligadas por meio de linhas de transmissão que remetem energia elétrica para as instalações da empresa CBA no município de Votorantim e Alumínio (LT Barra-Porto Raso, LT Porto Raso-Alecrim, Alecrim-Alumínio e Jurupará-Votorantim). Estas linhas de transmissão também percorrem apenas a área de abrangência do PEJU, não percorrendo seu interior.

### Mapa de Ocupação Antrópica (PEJU e área de abrangência)

Para a construção do mapa de uso e ocupação da terra, as categorias de uso e ocupação da terra existentes no PEJU e área de abrangência foram definidas de acordo com dados secundários, análise e interpretação visual (e digital) de imagens de satélite orbitais e por meio de aferições em campo.

As classes apresentadas na Tabela 69, correspondem as interferências antrópicas apontadas no PEJU (escala de 1:35.000) e área de abrangência (escala 1:50.000), sendo as demais categorias do Mapa 13. Uso da Terra e Cobertura Vegetal, apresentado anteriormente, decorrentes do intercâmbio de informações com as outras áreas temáticas, como vegetação, meio-físico, uso público. Cada categoria foi mapeada e quantificada para subsidiar a caracterização e zoneamento da unidade de conservação.

O conhecimento do território por meio da definição de categorias de uso e ocupação da terra permite a identificação de áreas prioritárias para a tomada de decisões quanto ao manejo, recuperação e preservação da biodiversidade entre outras ações delineadas oportunamente, conforme demonstra o mapa.

**Tabela 69.** Classes de uso e ocupação da terra no PEJU e área de abrangência.

<b>Categorias</b>	<b>Sigla</b>	<b>Descrição</b>	<b>Área (ha)</b>
Área urbana (consolidada e/ou expansão)	Au	Áreas com média a alta densidade de ocupação: lotes possuem alto índice de aproveitamento acima de 85%. Infra-estrutura urbana implantada. Ou mesmo loteamentos desocupados, demarcados, com alguma ou nenhuma edificação. Infra-estrutura urbana em implantação.	95,52
Culturas (perenes/semi-perenes/temporárias)	Ac	Áreas com a presença de culturas de longo ciclo vegetativo que se efetuam sucessivas colheitas (perenes). Ou mesmo áreas com culturas que possuem ciclo vegetativo curto ou médio, geralmente, inferior a um ano, que ao efetuar a colheita, é necessário um novo plantio (semi-perene e/ou temporárias).	867,04
Outras Atividades Antrópicas (não agrícola)*	Aa	Áreas em que não se configurem culturas agrícolas. Possuem outras funções ou abrigam outras atividades, como lazer e/ou recreação, veraneio, turismo, não sendo destinadas às atividades agrícolas. Áreas recobertas por gramíneas sem destinação clara (pastagens, gramados ornamentais, bosques, jardins, etc). Incluídos os denominados campos antrópicos.	20.275,72
Reflorestamento*	Rp, Re	Áreas com ocorrência de silvicultura para fins comerciais ou com formação arbórea homogênea (eucapito e pinus), formando talhões ou bosques homogêneos.	5.483,36
Solo Exposto	Se	Solo nu, sem uso aparente e com ausência total de cobertura vegetal.	3.825,59
Corpos d'água	Ca	Rede de drenagem, cursos d'água, lagos, tanques, represas e açudes.	2.490,81

\* aferições com Consultor de Vegetação e Flora do Plano de Manejo.

### 3.3.1.7 Caracterização dos Vetores de Pressão

Os vetores de pressão foram localizados espacialmente em cada município abordado, de acordo com as características específicas (socioeconômicas) apontadas em cada unidade espacial, ou seja, vetores de pressão dos municípios de influência direta ou indireta sobre o PEJU. Os limites da área de abrangência e do perímetro da unidade de conservação foram diagnosticados em uma escala de maior detalhe, de acordo com a correlação de dados secundários, mapeamento do uso e ocupação da terra e aferições em campo, definindo-se desta forma os seguintes vetores de pressão antrópica: vetores de ocupação (urbana - Tabela 70; e rural - Tabela 71), acessibilidade (Tabela 72), instalações e equipamentos sociais (Tabela 73) e referentes às políticas públicas instituídas (Tabela 74). Os vetores indicados, podem ser do tipo interno (de dentro para fora, ou intrínsecos aos limites da UC) ou externo (de fora para dentro da UC, comumente partindo da área de influência). Também foram qualificados como positivos (quando as ações e características possuem caráter benéfico aos preceitos de conservação da UC e qualidade de vida das populações afetadas) ou negativos (tendem a prejudicar e comprometer a integridade física e a biodiversidade da área protegida). É importante ressaltar a importância da menção das políticas públicas como elementos de fomento às pressões das mais variadas maneiras, de forma positiva ou mesmo negativa<sup>42</sup>.

<sup>42</sup> Entende-se como políticas públicas, o conjunto de medidas que buscam efetivar ações e obras do Estado. As aplicações destas políticas visam o desenvolvimento social e a adequação do território às ações da sociedade, e podem ser de iniciativa individual ou mesmo conjunta das três esferas do poder no âmbito, federal, estadual e municipal.

**Tabela 70.** Vetores de pressão decorrentes de ocupações urbanas.

Ocupação Urbana	Descrição	Pressões	Tipo*	Qua*
Rarefeita	Parcelamento com lotes em núcleos de expansão urbana não oficiais, ou seja, áreas com zoneamento municipal rural	Avanço da zona urbana sobre a zona rural	EX	N
Consolidada	Áreas ocupadas de acordo com legislação específica e uso e ocupação do solo e código de obras, infra-estrutura urbana, como arruamento, iluminação pública, abastecimento com água tratada, saneamento básico, coleta de lixo	No entorno da UC tende a diminuir a pressão sobre recursos naturais.	EX	P
Ilegais	Loteamentos clandestinos, áreas de invasão sem infra-estrutura urbana instalada	Tendências à ocupação de áreas protegidas com o parcelamento do solo e instalação de edificações precárias	EX IN	N
Problemas e pressões	Desmatamento, impermeabilização do solo, movimentação de terra, assoreamento de cursos d'água, dinamização de processos erosivos, produção de efluentes domésticos e resíduos sólidos, proliferação de vetores zoonoses, adensamento populacional com o aumento da demanda por equipamentos sociais, degradação ambiental generalizada. No entanto, se bem ordenada, a ocupação tende a ser menos impactante, auxiliando inclusive na cessão da expansão de núcleos urbanos adjacentes.			

\*Tipo (IN) Interno ou (EX) externo – \*\*Qualificação (P) Positivo ou (N) Negativo.

**Tabela 71.** Vetores de pressão decorrentes de ocupações rurais.

Ocupação Rural	Descrição	Pressões	Tipo*	Qua*
Outras Atividades antrópicas	Áreas parceladas de propriedades outrora de maior extensão transformadas em minifúndios, com pequena ou incipiente produção agropecuária, ocupadas por pastagens. Geralmente áreas abandonadas ou com a presença de incipientes rebanhos. Propriedades com uso diversificado, desde culturas de subsistência a equipamentos de lazer (piscinas, campos de futebol)	Adensamento de edificações por conta de loteamentos. Demanda por equipamentos sociais e vias de acesso. Contaminação de recursos hídricos com o esgoto não tratado e descarte de efluentes. Introdução espécies exóticas, perda da biodiversidade, dinamização de processos erosivos.	IN EX	N
Culturas	Áreas ocupadas por culturas diversas (perenes e temporárias), comercializadas ou subsistência. Demandam a utilização de recursos hídricos e infra-estrutura para circulação para escoamento da produção	Utilização de defensivos agrícolas e manejo inapropriado do solo. Introdução de espécies exóticas, dinamização de processos erosivos, assoreamento de cursos d'água, contaminação de recursos hídricos com o descarte de efluentes.	IN EX	N
Silvicultura	Áreas reflorestadas com pinus e eucaliptos, geralmente extensas e próximas a vias de circulação	Introdução espécies exóticas, perda da biodiversidade, impacto visual do corte raso e impacto sonoro das atividades de corte.	IN EX	N
Problemas e pressões	Desmatamento, corte raso da cobertura vegetal, impermeabilização do solo, movimentação de terra, captação e assoreamento de cursos d'água, caça de fauna silvestre, criação de animais domésticos, dinamização de processos erosivos, produção de efluentes domésticos e resíduos sólidos, adensamento populacional com o aumento da demanda por equipamentos sociais. No entanto, se bem ordenadas quanto ao uso e ocupação, a presença de propriedades e respectivos ocupantes (com o devido prazo de permanência estipulado) tende a auxiliar na fiscalização, inibindo novas ocupações, participação em programas de recuperação de áreas degradadas, agricultura sustentável, apoio a pesquisadores.			

\*Tipo (IN) Interno ou (EX) externo – \*\*Qualificação (P) Positivo ou (N) Negativo.

**Tabela 72.** Vetores de pressão decorrentes de acessos.

Acessibilidade	Descrição	Pressões	Tipo*	Qua**
Trilhas	Abertas na mata, solo nu.	Invasões, caça, extração de produtos florestais, vetores de ocupação, erosão	IN	N P
Estradas não pavimentadas e caminhos	Acessos principais (fiscalizados) e secundários com dimensões variadas. Sem pavimentação com acesso a grande parte da UC	Invasões, caça, extração de produtos florestais, vetores de ocupação, erosão, ruídos, atropelamento de fauna	EX IN	N P
Rodovias e estradas pavimentadas	Acessos principais, pavimentadas, com dimensões variadas. Facilitam os acessos a grande parte da UC	Vetores de ocupação, acidentes com produtos perigosos (contaminação de solos, cursos d'água, poluição atmosférica concentrada, ruídos, atropelamento de fauna), facilitador dos processos de expansão imobiliária.	EX	N P
Problemas e pressões	Seccionamento de contínuos florestais, impactos sobre a biota, recursos hídricos, dinamização de processos erosivos. Vias de acesso a ocupação, seja rural ou para expansão urbana, ações ilegais como caça, pesca, extração de produtos florestais (especialmente palmito) invasões. No entanto, se bem aproveitadas e com devida fiscalização e controle, são importantes para fiscalização, pesquisa e manejo da unidade de conservação e área de abrangência.			

\*Tipo (IN) Interno ou (EX) externo – \*\*Qualificação (P) Positivo ou (N) Negativo

**Tabela 73.** Vetores de pressão decorrentes de instalações e equipamentos sociais.

Instalações e Equipamentos Sociais	Descrição	Pressões	Tipo*	Qua**
Linhas de Transmissão	Áreas projetadas dos linhões (até os municípios de Alumínio e Votorantim), sobre áreas vegetadas e com atividades antrópicas. E torres de alta tensão, instaladas sobre sapatas de concreto, dando suporte as linhas de transmissão	Alta vibração das linhas e ruídos decorrentes, impacto na fauna com risco ao vôo de aves, abertura de vias para manutenção. As torres podem causar alteração nos biótopos locais, quando da instalação e manutenção de suas bases, abertura de vias para manutenção	IN EX	N
Usinas Hidrelétricas	Grandes instalações (quatro nos limites da UC)	Alteração nos biótopos locais, uso constante das vias para manutenção, trânsito constante de veículos e pessoas	IN	N P
Hotéis / Pousadas	Instalações com hospedagens e equipamentos de lazer	Alteração nos biótopos locais, uso e poluição dos recursos hídricos, resíduos sólidos	EX	N P
Equipamentos Sociais	Escolas, Unidades Básicas de Saúde	Adensamento de edificações, atrativo de populações de áreas adjacentes, demanda por infra-estrutura (água, luz, coleta de lixo)	EX	P
Problemas e pressões	Seccionamento de contínuos florestais, impactos sobre os biótopos locais, recursos hídricos, dinamização de processos erosivos. Criação de vias de acesso a ocupações, poluição por resíduos sólidos e efluentes líquidos. No entanto, com a devida fiscalização e controle, as instalações podem servir como apoio e auxílio para fiscalização, pesquisa, educação ambiental e manejo da unidade de conservação e área de abrangência.			

\*Tipo (IN) Interno ou (EX) externo – \*\*Qualificação (P) Positivo ou (N) Negativo

**Tabela 74.** Vetores de pressão decorrentes de políticas públicas.

Políticas Públicas	Descrição	Pressões	Tipo*	Qua*
Plano Diretor Ibiúna e Piedade	Ibiúna: Lei municipal nº 1236/06. Piedade: Lei nº 3935/08. Ordenamento territorial por meio do estabelecimento de “zonas” específicas, normatizando o uso e ocupação das terras.	Caso não ocorra o cumprimento da legislação específica, especulação imobiliária, parcelamento irregular do solo, instalação de atividades poluidoras (plantas industriais, etc)	IN EX	N P
Plano Diretor Juitiba e Miracatu	Projeto de Lei que visam o ordenamento territorial por meio do estabelecimento de “zonas” específicas, normatizando o uso e ocupação das terras. Procura compatibilizar a legislação estadual e federal quanto ao uso e ocupação.	Caso não ocorra o cumprimento da legislação específica. Especulação imobiliária, parcelamento irregular do solo, instalação de atividades poluidoras (plantas industriais, etc)	EX	N P
<b>Outras Políticas Públicas</b>				
Tapiraí	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca (FEAP) e Banco do Povo e o Programa Nacional de Reforma Agrária. Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família***: 447 Políticas que visam auxiliar tecnicamente produtores rurais, além de fomentar o desenvolvimento econômico e social das famílias assistidas.	Introdução de novas técnicas para produção e manejo de práticas agrícolas. Financiamento de produção e acesso a terra. Complementação de renda, reduzindo pressão pela utilização de recursos naturais.	EX	P
Miracatu	Programa de Proteção Social Básica e Programa de Proteção Social Especial. Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família: 1484 Políticas de fomento ao desenvolvimento econômico e social das famílias assistidas.	Complementação de renda, reduzindo pressão pela utilização de recursos naturais.	EX	P
Piedade	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família: 2144 Política de fomento ao desenvolvimento econômico e social das famílias assistidas.	Complementação de renda, reduzindo pressão pela utilização de recursos naturais.	EX	P
Ibiúna	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família: 2555 Política de fomento ao desenvolvimento econômico e social das famílias assistidas.	Complementação de renda, reduzindo pressão pela utilização de recursos naturais.	IN EX	P
Juitiba	Número de Famílias Beneficiárias do Bolsa Família: 1358 Política de fomento ao desenvolvimento econômico e social das famílias assistidas.	Complementação de renda, reduzindo pressão pela utilização de recursos naturais.	EX	P
Problemas e pressões	O cumprimento e efetivação das diretrizes, normas e legislação específica dos Planos Diretores tendem a ordenar o uso e ocupação do solo das áreas de influência do PEJU de forma a compatibilizar os preceitos de conservação de uma unidade de conservação de proteção integral. Demais políticas públicas, tendem a auxiliar o desenvolvimento social das populações, com programas de apoio técnico e distribuição/complementação de renda. A efetivação destas políticas tendem a minorar as pressões, especialmente no tocante a utilização/extração de recursos naturais de áreas protegidas.			

\*Tipo (IN) Interno ou (EX) externo – \*\*Qualificação (P) Positivo ou (N) Negativo - \*\*\* base jan/09 (Min. do Des. Social e combate à fome, Séc. nacional da renda e cidadania).

### 3.3.1.8 Mapa dos Vetores de Pressão

O **Mapa 15**. Vetores de Pressão apresenta os vetores externos e internos, de acordo com a intensidade do fenômeno. Os vetores de pressão considerados externos denotam fluxos e intensidades oriundas da área de abrangência dos municípios de Ibiúna, Piedade, Tapiraí, Miracatu e Juitituba. Por sua vez, os vetores de pressão considerados internos denotam intensidades e ocorrências pontuais que tendem a ameaçar de alguma forma os componentes da paisagem. Os parâmetros que embasaram tal classificação estão expostos na Tabela 75.

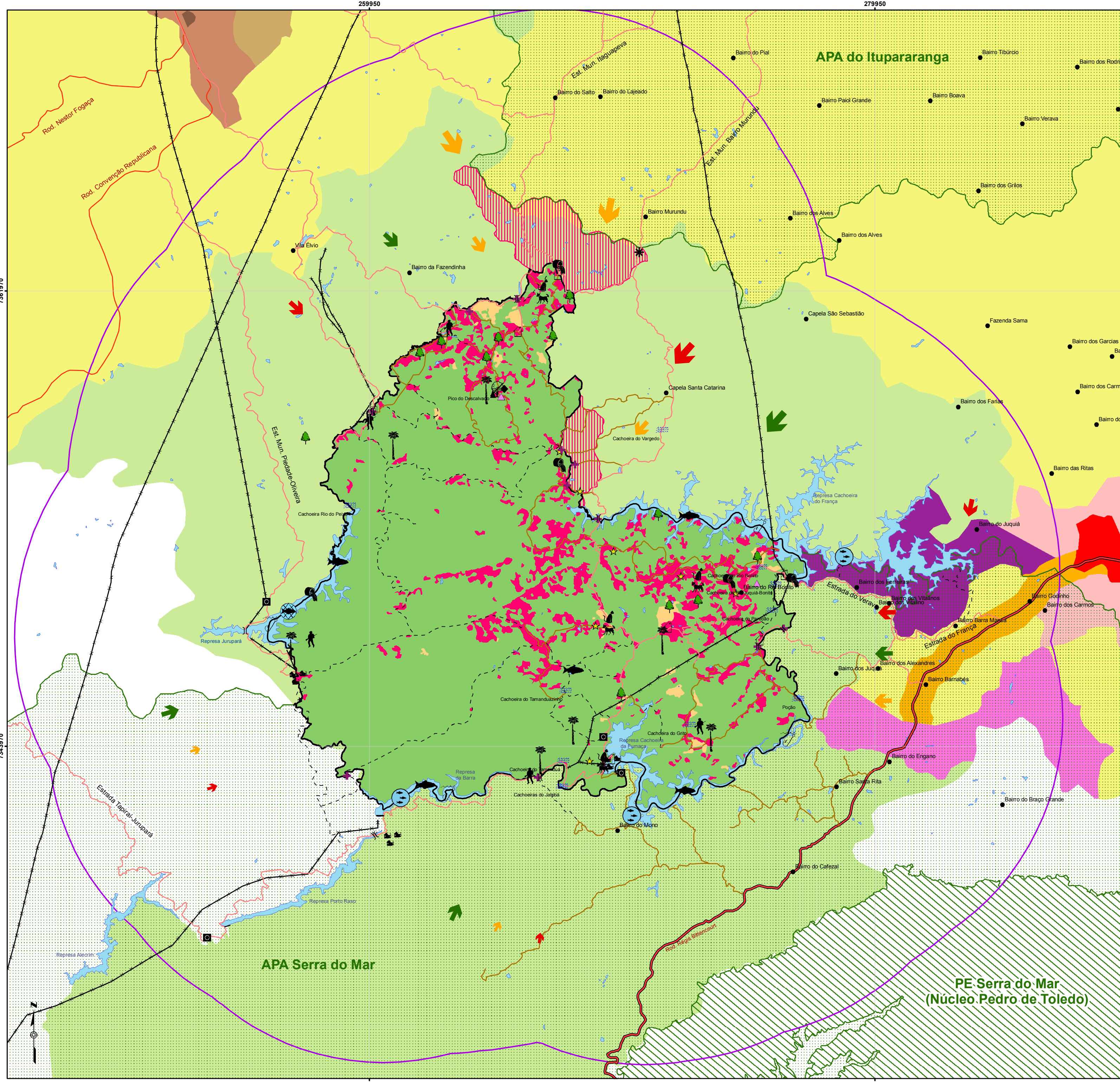
**Tabela 75.** Parâmetros para mensuração dos vetores de pressão internos e externos do PEJU e área de abrangência.

Parâmetros qualitativos e quantitativos dos vetores de pressão do PEJU		
<p>Conjunto de fatores que possui <b>nenhuma ou pequena interferência</b> aos preceitos de conservação da UC. Fatores de ordem natural refletem o grau de conservação, uso e ameaças iminentes, quantificados de acordo com o grau de intensidade apontados nos diagnósticos temáticos e mapeamentos, sobretudo mapa de uso de ocupação da terra.</p> <p>Zoneamentos municipais e UC foram considerados de acordo com os instrumentos legais quanto à conservação da área de abrangência e PEJU, Sendo de “baixa intensidade” as legislações e zoneamentos que possuem maiores mecanismos legais quanto a cessão e controle da ocupação humana e conservação da biodiversidade.</p>	<b>BAIXA INTENSIDADE</b>	Menor  de  1,0
<p>Conjunto de fatores que possui <b>mediana interferência</b> aos preceitos de conservação da UC. Fatores de ordem natural refletem o grau de conservação, uso e ameaças iminentes, quantificados de acordo com o grau de intensidade apontados nos diagnósticos temáticos e mapeamentos, sobretudo o mapa de uso e ocupação da terra.</p> <p>Zoneamentos municipais e UC foram considerados de acordo com os instrumentos legais quanto à conservação da área de abrangência e PEJU, Sendo de “média intensidade” as legislações e zoneamentos que possuem satisfatórios mecanismos quanto a cessão e controle da ocupação humana e conservação da biodiversidade.</p>	<b>MÉDIA INTENSIDADE</b>	1,1 até 2,0
<p>Conjunto de fatores que possui <b>alta/muito alta interferência</b> aos preceitos de conservação da UC. Fatores de ordem natural refletem o grau de conservação, uso e ameaças iminentes, quantificados de acordo com o grau de intensidade apontados nos diagnósticos temáticos e mapeamentos, sobretudo o mapa de uso e ocupação da terra.</p> <p>Zoneamentos municipais e UC (ou mesmo a ausência destes) foram considerados de acordo com os instrumentos legais quanto à conservação da área de abrangência e PEJU, sendo de “alta intensidade” as legislações e zoneamentos que não possuem mecanismos quanto a cessão e controle da ocupação humana e conservação da biodiversidade.</p>	<b>ALTA INTENSIDADE</b>	Maior de 2,1

Neste mapa, também são apresentados elementos pontuais que ocorrem de forma localizada, porém, colocam em risco os preceitos de conservação da área e carecem de medidas de controle e fiscalização como caça, extração de palmito, presença de animais domésticos, pesqueiros, atividades turísticas sem controle, poluição de corpos d’água e ameaças ao patrimônio histórico-cultural.

De acordo com a análise de cada parâmetro mencionado (biodiversidade, biofísico, antrópico e políticas públicas) os municípios foram classificados de acordo com a intensidade dos parâmetros listados, ou seja, atribui-se uma escala de valor que variou de um denominador mínimo 0,0 ao máximo de 3,0, aos quais foram atribuídos valores qualitativos, indo do “intensidade” baixa, média e alta (de acordo com a resultante da média simples da correlação de cada parâmetro). Cada município, com os respectivos graus de intensidade dos vetores foram mapeados e são apresentados na Tabela 76.





Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual do Jurupará**

Título: **Vetores de Pressão**

Projeção: UTM  
 Datum: SAD/69  
 Fuso: 23 S

0 750 1.500 3.000 4.500  
 Metros

1:105.000

**Legenda**

- |   |  |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <li> Bases operacionais</li> <li> Localidades</li> <li> Barramento Usina Hidrelétrica</li> <li> Ponte</li> <li> Portaria Usina Vila Elvino (Proposta)</li> <li> Fragilidade na fiscalização dos acessos terrestres</li> <li> Clubes</li> <li> Portaria</li> <li> Vila</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li> Cachoeira</li> <li> Corpos d' água</li> <li> Entorno 10km PEJU</li> <li> Unidades de Conservação</li> <li> Área de Proteção Ambiental</li> <li> Parque Estadual</li> <li> PE do Jurupará</li> <li> Reserva Estadual</li> </ul> |
|---|--|

- Vetores de Pressão**
- Presença de gado
  - Turismo não controlado
  - Ausência de proteção do patrimônio cultural
  - Tanques rede
  - Pesca com uso de equipamentos proibidos
  - Extração de madeira
  - Poluição das águas
  - Espécies exóticas e/ou translocadas (peixes)
  - Suinocultura
  - Extração ilegal de palmito
  - Pesqueiro
  - Reflorestamento
  - Animais domésticos
  - Caça de animais silvestres

- Linha Transmissão
- Rodovia Federal
- Rodovias Estaduais
- Acesso Principal
- Acesso Secundário
- Trilha

**Pressão sobre os aspectos biofísicos**

- Alta intensidade
- Baixa intensidade
- Média intensidade

- Vetores de pressão externos**
- Alta Intensidade - Antrópico
  - Alta Intensidade - Meio Físico
  - Alta Intensidade - Biodiversidade
  - Média Intensidade - Antrópico
  - Média Intensidade - Biodiversidade
  - Média Intensidade - Meio Físico
  - Baixa Intensidade - Antrópico
  - Baixa Intensidade - Meio Físico
- Zoneamento Plano Diretor**
- Zona de Conservação Ambiental
  - Zona Rural
  - Distrito dos Barnabés
  - Zona Urbana
  - Perímetro Urbano
  - Zona Exclusiv. Industrial, Comercial e Serviços
  - Zona Preferencialmente Turística
  - Zona Industrial e Atacadista
  - Zona Predominantemente Residencial
  - Zona Residencial Mista

O município de Tapiraí não possui Plano Diretor



**Tabela 76.** Variáveis para mensuração dos vetores de pressão do PEJU por município e área temática.

Tema	Ameaças	0	1	2	3	Intensidade
<b>Ibiúna - Vetores externos e internos</b>						
Biodiversidade	Fauna				X	Alta
	Flora				X	
	Zoneamento UC		X			
Meio Físico	Rec. Hídricos				X	Média
	Relevo/Erosão			X		
	Zoneam. / Ucs		X			
Antrópico	Ocupação / Exp. Urbana				X	Alta
	Agropecuária				X	
	Zoneamento UC			X		
<b>Piedade - Vetores externos e internos</b>						
Biodiversidade	Fauna			X		Média
	Flora			X		
	Zoneamento UC		X			
Meio Físico	Rec. Hídricos			X		Baixa
	Relevo/Erosão		X			
	Zoneamento UC	X				
Antrópico	Ocupação / Exp. Urbana			X		Média
	Agropecuária			X		
	Zoneamento UC		X			
<b>Juquitiba - Vetores externos</b>						
Biodiversidade	Fauna			X		Alta
	Flora				X	
	Zoneam. / Ucs			X		
Meio Físico	Rec. Hídricos				X	Média
	Relevo/Erosão			X		
	Zoneamento UC		X			
Antrópico	Ocupação / Exp. Urbana				X	Média
	Agropecuária			X		
	Zoneamento UC		X			
<b>Miracatu - Vetores externos</b>						
Biodiversidade	Fauna		X			Média
	Flora			X		
	Zoneamento UC	X				
Meio Físico	Rec. Hídricos		X			Baixa
	Relevo/Erosão		X			
	Zoneamento UC	X				
Antrópico	Ocupação / Exp. Urbana		X			Baixa
	Agropecuária		X			
	Zoneamento UC	X				
<b>Tapiraí - Vetores externos</b>						
Biodiversidade	Fauna		X			Média
	Flora		X			
	Zoneamento Ucs			X		
Meio Físico	Rec. Hídricos		X			Baixa
	Relevo/Erosão			X		
	Zoneamento UC	X				
Antrópico	Ocupação / Exp. Urbana	X				Baixa
	Agropecuária		X			
	Zoneamento UC			X		

### 3.3.2 Patrimônio Histórico-Cultural Material e Imaterial

#### 3.3.2.1 Contexto Histórico-Cultural Local: o PEJU e Área de Abrangência

##### A ocupação tradicional do PEJU e suas transformações ao longo do tempo

O desenvolvimento das pesquisas a respeito da história e do perfil cultural das populações e da região onde está inserido o PEJU somente ganhou força após a criação da UC em 1992. A decisão do governo estadual em transformar o conjunto de terras devolutas em área de preservação criou uma série de demandas não somente físicas, estruturais e legais, mas também de conhecimento, tanto nos aspectos naturais quanto nos culturais.

É claro que, por se tratar de uma área de conservação dos recursos naturais, muito mais se produziu a respeito dos aspectos biológicos referentes ao PEJU do que dos aspectos humanos, até mesmo porque a meta final é desocupar plenamente a área do Parque da presença humana.

Estudos desenvolvidos por Herculiani (1994), apontam a ocupação humana do PEJU como tradicional e de feição caipira partindo dos aspectos econômicos, sociais e culturais que caracterizavam uma ocupação colonial de mais de 200 anos. De fato, a caracterização da chamada cultura “caipira” é tarefa delicada. Durante séculos – desde o início da constituição desse universo cultural – a denominação “caipira”, eminentemente Tupi em sua origem semântica, se deu de modo natural, instintivo, sem preocupações taxonômicas ou delimitadoras.

Mesmo no começo do século XX com a incorporação da figura do caipira ao imaginário paulista (Ferreira, 2001: 173-266), a denominação corria de modo bastante livre, geralmente se referindo ao homem do campo residente histórico das terras de São Paulo. E muito mais dos antigos interiores - vale do Paraíba, sobretudo - do que de outras regiões do estado, como o oeste paulista ou mesmo o sul.

Apesar de estudos pontuais realizados nas primeiras décadas do século XX, deve-se ao estudo de Antonio Cândido de Mello e Souza (Cândido, 2003), publicado pela primeira vez na década de 1960, a definição sociológica e histórica da figura do caipira. Diferentemente de outras identidades, as quais se definem etnicamente e/ou geograficamente, a cultura caipira mescla elementos culturais e históricos, mais do que os geográficos, na sua constituição. O estudo de Antonio Candido, realizado na região de Bofete, teve como base a comunidade dos bairros rurais localizados nas terras da família do historiador Edgar Carone, amigo do sociólogo, representando, portanto, uma amostragem “exemplar”, uma tipologia “ideal” do caipira, tal como Sérgio Buarque de Holanda, outro parceiro de Candido, havia feito em seu *Raízes do Brasil*, décadas antes (Holanda, 1997).

Antonio Cândido se vale, em seu livro “Os parceiros do rio Bonito”, de outros dois estudos de Sérgio Buarque de Holanda dedicados à constituição cultural do paulista nos séculos XVI, XVII e XVIII: “Monções” (Holanda, 1990, primeira edição de 1945) e “Caminhos e fronteiras” (Holanda, 1995, primeira edição de 1957). Em ambos os trabalhos, Sérgio Buarque de Holanda estabelecia os nexos indissociáveis de formação das culturas do campo em São Paulo, forjadas na mescla dos europeus e seus descendentes com os povos indígenas do planalto, principalmente os Tupi.

Como recurso metodológico, o historiador se valeu de elementos culturais – tangíveis e intangíveis – encontrados nas áreas rurais de São Paulo para construir retroativamente o perfil dos paulistas de duzentos ou trezentos anos. Se Sérgio Buarque de Holanda utilizara a cultura rural paulista contemporânea para encontrar seus paulistas de séculos passados, o que Antonio Cândido fez foi buscar nos processos históricos trabalhados pelo historiador os elementos necessários para descrever a conformação cultural dos “caipiras”.

Contudo, apesar dos estudos de Sérgio Buarque serem dedicados ao entendimento das andanças bandeirantes e da construção de uma nova cultura americana, os mesmos ficaram muito associados a uma “história de São Paulo”. Cândido, por sua vez, buscou evitar ao máximo as delimitações administrativas que pouco ou nada tem a ver com a definição de universos ou manchas culturais.

Exatamente por isso, e pelo fato de ter trabalhado com uma comunidade “ideal”, a definição do que é o universo caipira pode ser expandida nas décadas seguintes para outras áreas do centro sul do Brasil. Pode-se, assim, incluir boa parte das áreas que medeiam os estados de São Paulo e Paraná como uma região de cultura caipira, bem como boa parte das Minas Gerais (Candido, 2003, Ribeiro, 1995), o vale do Paraíba (incluindo uma pequena parcela do estado do Rio de Janeiro), o vale do Ribeira (Queiroz, 2006), partes de Goiás, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul.

Com isso, a definição desse universo cultural caipira se deu mediante alguns fatores históricos, os quais possibilitaram tamanha abrangência, diversidade e mesmo descontinuidade. Existem elementos que unem essas regiões tão diversas, mesmo com nuances culturais sensíveis. Todavia, o elemento cultural maior da definição dessa cultura é seu perfil rural, não apenas agrário. Rural, pois majoritariamente mantém laços íntimos de propriedade e de participação com as culturas agrícolas que desenvolve, bem como a criação de animais. As áreas de desenvolvimento agrícola de grande monta, como as áreas sojicultoras, são agrícolas sem terem essa relação íntima entre o homem e a terra.

Na maioria dos casos são pequenos proprietários que cultivam roças de uma diversidade muito grande de gêneros, bem como criam pequenos e médios animais (galinhas, porcos) para a complementação da alimentação e, vez por outra, algumas cabeças de gado para produção de leite.

De sua matriz Tupi essa cultura trouxe um gigantesco conhecimento a respeito da farmacopéia das florestas, bem como das épocas e técnicas de caça e pesca, e da utilização de fibras naturais, tais como documentadas entre a população dos bairros rurais do PEJU (Herculiani, 2004). Traço marcante dessa cultura, e que tem se perdido a passos largos, é sua relação de relativa sustentabilidade nos meios em que vive e do altíssimo grau de autonomia.

Excetuando roupas, ferramentas e alguns outros materiais, praticamente tudo é produzido dentro das unidades rurais, ou ainda permutado com os inúmeros “vizinhos” dentro das unidades maiores que são os bairros rurais (geralmente constituídos a partir de uma única família, Queiroz, 2006, Candido, 2003).

Por conta desses arranjos familiares, que são a base constitutiva dos “bairros rurais”, até mesmo os aspectos sociais - casamentos, trocas materiais, religiosidade, festividades – apresentam grande autonomia.

Para a área do PEJU, esta relação de parentesco que caracteriza o universo sociocultural dos bairros rurais e da comunidade “caipira” ali presente é indicada pelo trabalho de Adriana Russi (Russi 2004).

Apesar de nas décadas mais recentes ter havido uma penetração grande das igrejas evangélicas nas áreas tradicionalmente caipiras, também era um traço distintivo o catolicismo rústico, arraigado e presente em quase todas as instâncias da vida, herança também da religiosidade portuguesa e do trabalho de catequese jesuítico entre os povos Tupi (Castelneau-L’Estoille, 2006).

As técnicas construtivas caipiras, empregadas para a edificação das casas, ranchos, telheiros e outras unidades anexas em geral empregam de modo criativo três matérias primas bastante versáteis: o barro, a madeira e as diversas fibras naturais. As técnicas mais conhecidas são as chamadas “taipas” (o pau a pique ou taipa a mão, ou ainda de sopapo, e a taipa de pilão, mais requintada e resistente). Diferindo dos povos indígenas, os quais em grande medida montam seus fogos dentro das casas, nos conjuntos caipiras muitas vezes o trem de cozinha se encontra num telheiro anexo (Lemos, 1999).

Nas ocupações caipiras na área do PEJU as edificações ainda mantêm algumas das características originais do que Carlos Lemos chamou de “invasão mineira” (Lemos, 1999: 73 e seguintes), como a organização espacial, os programas arquitetônicos (salas a frente, resguardando a segunda parte da casa formada pela área da privacidade). Entretanto, a matéria prima, como em geral ocorre contemporaneamente, é uma mescla da utilização de materiais tradicionais (sobretudo a madeira e o barro) com materiais construtivos industrializados, tais como telhas de amianto, tijolos cerâmicos ou de cimento, selecionados de acordo com o acesso e o poder econômico de cada família (Assis, 1994).

A tradição, na medida em que incorpora ou é suplantada por técnicas, matérias primas e opções espaciais e morfológicas contemporâneas, tem-se tornado próxima ao que poderíamos chamar de um “ecletismo vernacular”, ou seja, uma mescla popular de diversas matrizes culturais manifestas na arquitetura.

Com essas mesmas matérias primas, madeira, palha e barro, era comum a elaboração de toda sorte de instrumento doméstico tal como estrados e colchões, vasilhas, potes, panelas, talheres e uma gigantesca variedade de cestarias e esteiras. Tanto as cestas quanto as esteiras, e mesmo as vasilhas de barro, são uma clara herança cultural indígena.

Na área do PEJU e municípios de entorno ((Ibiúna, Juitiba e Tapiraí) as pesquisas de Adriana Russi Tavares de Mello realizadas entre os anos de 1993 e 2000 resgatam técnicas e conhecimentos da cestaria enquanto elementos culturais e identitário destas comunidades (Russi, 2001, 2004).

Todavia, esta prática também vem se dissolvendo diante das pressões contemporâneas que resultam no êxodo rural e na substituição de produtos tidos como “antiquados” por outros industrializados, mais fáceis de obter, mais resistentes e “modernos”.

O caso dos bairros rurais que abrigam a população de perfil cultural caipira na área do PEJU explicita de modo exemplar essa tensão: em 1994, quando Suely Herculiani fez a primeira abordagem dessa população, o número total chegava perto de 200 indivíduos distribuídos em mais de 50 famílias.

Dez anos depois, a mesma pesquisadora encontrou menos da metade das famílias e ainda menos da metade dos indivíduos morando na região (Herculiani, 1994, Herculiani, 2004). Mesmo os que ainda residem na área - 24 famílias em 2004 (Herculiani, 2004: 49-50) - mostram claros sinais de abandono dos modos de viver tradicionais. Exemplo claro é o monjolo local, traço distintivo da cultura caipira (uma vez que a matriz dela, sustentada por indígenas e paulistas do planalto, foi definida como “civilização do milho”, Holanda, 1995), hoje completamente abandonado. Apesar dos traços culturais comuns, os processos que levaram à constituição desses núcleos caipiras são absolutamente diversos e, portanto, devendo ser estudados caso a caso.

Nas fronteiras de São Paulo com Minas Gerais, e mesmo no interior desse estado, a formação do universo cultural caipira remete aos séculos XVII e XVIII. Quando da descoberta das minas de ouro um movimento demográfico inédito na América Portuguesa foi desencadeado. Em poucos meses milhares de homens habitavam uma região sem qualquer aparato que lhes desse suporte.

Nos primeiros tempos o comércio de longa distância, através das tropas de mulas, proveu as Minas Gerais dos gêneros mais essenciais para a sua subsistência. Contudo, com o passar do tempo, toda uma estrutura de abastecimento regional se desenvolveu, substituindo parcialmente o comércio tropeiro. Essa rede local era formada de pequenas propriedades, dedicadas à produção de gêneros alimentícios, diferentemente das unidades agrícolas do litoral plenamente focadas no comércio europeu.

Esse foi o primeiro movimento para o surgimento dessa cultura rural que passou a se chamar de “caipira”. Com a decadência da exploração mineradora nas Minas Gerais a tendência ruralizante se acentuou, atraindo para esse universo uma grande gama de pequenos artífices, trabalhadores livres e até escravos alforriados que, sem a riqueza do ouro, recorreram à economia de subsistência rural.

No vale do Ribeira o processo que levou à formação de uma população caipira – majoritariamente negra, nesse caso - foi completamente diversa, oriunda de populações de escravos e alforriados que se sedentarizaram na região após o declínio de uma efêmera atividade mineradora (Queiroz, 2006). Curiosamente essa população não é de origem indígena, ou mestiça, como em outras áreas de formação caipira, tendo adquirido a forma de ser, a cultura, por um processo de assimilação, ainda que com particularidades significativas.

O caso da região de Amparo e Piedade se assemelha mais ao do vale do Paraíba, no qual a formação da cultura caipira se deu muito mais em função das rotas comerciais de tropeiros.

Durante os séculos de atividade, o tropeirismo - comércio de gêneros através de tropas de mulas que ligou diversas regiões da colônia a partir do século XVIII - promoveu um intenso processo de estruturação da parcela sul da América Portuguesa. Estradas foram abertas e estruturas de apoio como ranchos, construídos para proteger mercadorias.

Em geral as jornadas diárias das tropas eram de seis léguas, ou algo próximo de 36 km. A cada “pernada” dessas, a tropa era obrigada a pernoitar, alimentar os animais e descansar. Nesses pontos de descanso dos tropeiros, os ranchos, foram sendo criadas estruturas adicionais úteis ao tropeirismo, como pequenos sítios que produziam gêneros necessários para o reabastecimento das tropas ou serviam refeições aos viajantes, ração ou pasto para os animais.

Estas unidades, associadas à doação de sesmarias desde o século anterior, se tornaram o principal vetor de ocupação colonial nas regiões que interligavam São Paulo ao sul e o caminho para o Rio de Janeiro (vale do Paraíba). Assim: “No interior pode-se dizer que, de modo geral, o povoamento continuou se desenvolvendo por estrias, acompanhando as vias [...] que levavam, da vila de São Paulo, para Minas Gerais, para Goiás, para Mato Grosso e para o sul – como ocorrera já na etapa anterior da formação paulista.” (Bruno, 1967: 88)

Amparo surgiu como unidade administrativa entre os anos de 1815 e 1822 (Bruno, 1967: 89) e Piedade, algumas décadas depois, no decênio de 1850-1860 (Bruno, 1967: 122). Outras cidades do entorno haviam aparecido algumas décadas antes. Entretanto, é importante ressaltar que as datas referidas geralmente dizem respeito somente à elevação das unidades às categorias administrativas maiores, como vila ou cidade, tendo antes que ter passado pelas condições de povoado, capela curada ou paróquia.

De modo geral, quando uma localidade atingia o status de vila ou cidade, várias décadas de ocupação colonial já haviam decorrido, o que remete a meados do século XVIII como momento de organização colonizadora na região de Amparo, Piedade, São Roque, enfim, no caminho para o sul da colônia.

As comunidades rurais de feição caipira da região do PEJU, citadas por Herculiani em seus trabalhos, e concentrada em poucos bairros rurais (Rio Bonito, Paulos, Lucios, Paiol Grande, Fumaça, Colina e Oito e Meio), provavelmente são remanescentes desses processos de ocupação iniciados entre o final do século XVIII e início do XIX.

Uma questão relevante é a da manutenção da cultura caipira na área do PEJU e seu entorno. Vários elementos componentes da cultura caipira - como as pequenas unidades de subsistência, o catolicismo rústico - são decorrentes de processos e elementos que se tornaram alvo das políticas públicas com fins de erradicação. É inegável que a cultura caipira se desenvolveu a partir de certa precariedade econômica e de uma ausência sistêmica de escolarização. Também o distanciamento dos núcleos urbanos, uma menor mobilidade das pessoas, menor acesso à informação e mesmo às novas tecnologias foram elementos que conformaram e mantiveram a cultura caipira.

Não é acidental o fato de que os maiores bolsões remanescentes dessa cultura coincidam com as áreas de menor desenvolvimento humano. Portanto, alguns elementos que fundamentaram a cultura caipira estão em vias de erradicação o que, fatalmente, se desdobrará em alterações profundas da mesma.

É bom que se diga que a vida caipira foi profundamente romantizada ao longo do século XX e que a realidade do vivido é muito menos sedutora. Certamente, como já ocorre em outras tantas regiões, haverá uma recriação do “ser caipira”, muito diverso do que foi há cem ou duzentos anos, mas que inegavelmente estará assentado na memória e na história dessas populações.

Pelo avançado estado de desintegração dessas comunidades (se considerarmos que os laços de sociabilidade são um dos principais fundamentos da cultura caipira, conforme Cândido, 2003) é claro o risco de desaparecimento da herança cultural desse grupo do PEJU, o qual durante séculos se manteve na região guardando o legado dos povos nativos de uso e conhecimento do espaço e dos recursos naturais e representando a manifestação contemporânea de processos históricos seculares.

### 3.3.2.2 Caracterização do PEJU e Área de Abrangência

#### A) Patrimônio Arqueológico

##### Sítio Arqueológico dos Paulo

**Localização:** Bairro dos Paulo – PEJU / SP

##### **Descrição**

Refere-se a um sítio arqueológico multicomponencial, de natureza arqueológica pré-colonial e histórica.

No que tange ao patrimônio em Arqueologia Histórica, o bairro dos Paulo guarda remanescentes construtivos com técnicas tradicionais que remetem ao início do século XX, constituindo um dos primeiros assentamentos ocorridos na região, reunindo elevado potencial informativo sobre o comportamento sócio-cultural dos segmentos sociais que ocuparam a área atualmente reconhecida como Parque Estadual do Jurupará (Figura 38A).

O bairro está implantado em uma extensa área plana, delimitada em uma das faces pelo rio Bonito, sendo caracterizado por um conjunto de residências rurais, em sua maioria, construídas em pau a pique, com amplos quintais junto as fachadas frontais e área de lavoura aos fundos.

Da mesma forma, em uma parcela mais baixa do terreno, em uma área próxima ao rio Bonito, sob as coordenadas 23k 0269028 / 734897, foram observadas as evidências de um antigo monjolo construído pelo avô da Sra. Diolinda no início do século XX (Figura 38 B).

Uma descrição das edificações tradicionais presentes no bairro dos Paulo, bem como elementos de sua cultura material e imaterial, são apresentados em mais detalhe adiante.

Além destas construções tradicionais, foi identificado na área uma peça lítica lascada em sílex, de pequenas dimensões (2,3 x 2,1 cm), com formato quadrangular. A coloração vermelha da peça indica que a mesma foi intensamente queimada. Traz pequenas retiradas (lascamentos) nas bordas, onde também se verificam várias marcas de uso (pequenas percussões, ou batidas, em volta de toda a peça). Estas características morfológicas sugerem que a peça corresponde a uma pederneira, artefato utilizado em peças antigas de artilharia (como espingardas) para produzir faísca quando atritado com metal (Figura 38 C).

Ainda referente ao componente histórico do bairro dos Paulo, ele é também apontado como uma área de interesse arquitetônico e imaterial, complementando a diversidade de elementos ali presentes.

Finalmente, no Sítio dos Paulo foram ainda identificadas outras peças líticas lascadas em sílex, mas que remetem a um contexto pré-colonial indígena de ocupação da área, anterior às comunidades históricas. Três peças foram identificadas nas proximidades da Capela (Coordenadas UTM 23k 0268867 / 7348748, Figura 38 D), na superfície de um leito carroçável que propicia acesso às demais construções do povoado.

O local caracteriza-se como uma área plana, a cerca de 250 m do rio Bonito (córrego que corta a propriedade), com vegetação de gramíneas.

Todas as peças são em sílex, sendo que uma delas corresponde a um fragmento de artefato bifacial de fina espessura, sugerindo tratar-se de um fragmento de ponta de lança. As outras peças correspondem a fragmentos de lasca (Figura 38 E e F).

Em outro local do bairro dos Paulo, utilizado para lavoura de milho (coordenadas UTM 23k 0268889 / 7348818, Figura 38 G) foram identificadas mais duas peças líticas lascadas em sílex. O local caracteriza-se por área plana, a cerca de 200 m do rio Bonito (córrego que corta a propriedade), estando a cerca de 100 m da peça bifacial acima descrita. Ambas as peças correspondem a fragmentos de artefatos, apresentando marcas de uso (percussão) em uma das extremidades, (Figura 38 H).

A proximidade dos terrenos onde foram identificadas as peças líticas (aproximadamente 100 m) indica possibilidade de tratar-se de uma área contínua de vestígios indígenas. A verificação desta hipótese prescinde de escavações arqueológicas pelo terreno, atividade que foge ao escopo deste estudo diagnóstico. Todavia, a presença destas peças fornece consistência suficiente para indicar um componente arqueológico pré-colonial no bairro dos Paulo.

### Sítio do Rio Bonito

**Localização:** Bairro do Rio Bonito – PEJU/SP

#### **Descrição**

Refere-se a um sítio arqueológico multicomponencial, de natureza arqueológica pré-colonial e histórica. No que se tange ao patrimônio em Arqueologia Histórica, ocorrem na área fragmentos de faiança, metal, vidro e restos construtivos (alicerces em pedra e telhas capa e canal) associados às primeiras residências do bairro, implantado na região no início do século XX (Figura 39 A, B, C e D).

Embora, no bairro do Rio Bonito, grande parte das primitivas construções, originalmente em pau a pique, tenham sido substituídas por novas construções com materiais mais resistentes (tijolos e blocos de cimento), no povoado são encontrados ainda vestígios das habitações antigas, em muito casos caracterizados por concentrações ou amontoados de restos construtivos.

Cabe ressaltar que este tipo de ocupação foi pouco estudado no Estado de São Paulo, podendo fornecer mais informações sobre o cotidiano doméstico e comportamento sócio cultural dos segmentos sociais que ocuparam a área atualmente delimitada como PEJU. Uma descrição das edificações tradicionais presentes no bairro do Rio Bonito, bem como elementos de sua cultura material e imaterial, são apresentados em mais detalhe adiante.

Por outro lado, foram também identificados na área vestígios arqueológicos na forma de uma peça lítica lascada, mais especificamente, nas coordenadas UTM 23k 0272262 / 7350721. O vestígio lítico foi identificado em superfície no quintal da casa do Sr. Célio. A área configura-se como um terreno plano, a cerca de 100 m do rio Bonito, apresentando vegetação de gramíneas (pasto).

Segundo informações do Sr. Célio, é comum encontrar este material (lítico em sílex) em grande parte da propriedade. A peça corresponde a um detrito em sílex vermelho (queimado), com presença de córtex. Suas dimensões são de 3,2 x 2,8 cm (Figura 39 E e F).



## Área de Interesse Arqueológico

**Localização:** Terraço Fluvial do Rio Sumidouro

### **Descrição**

Além dos sítios arqueológicos, os trabalhos de campo desenvolvidos no âmbito deste Plano de Manejo, possibilitaram o reconhecimento de espaços que, em função de suas características ambientais, se configuram como áreas de interesse arqueológico, como é o caso do terraço fluvial do rio Sumidouro.

Caracteriza-se por um amplo terraço, localizado na margem esquerda do rio Sumidouro, com a presença de pasto e mata de capoeira. A cerca de 100 m deste terraço, na margem esquerda do rio, encontra-se uma pequena praia fluvial e um abrigo rochoso formado a partir do desmoronamento de blocos de granito, sendo conhecido popularmente como “Gruta do Sumidouro”. O abrigo fornece uma área protegida passível de ocupação humana (Figuras 40 A e B)

Tradicionalmente abrigos rochosos são ocupados por grupos indígenas, o que indica potencial arqueológico para a área. Não foram identificados vestígios em superfície, ou mesmo inscrições rupestres nos blocos. Todavia, é possível que escavações arqueológicas revelem a presença de vestígios enterrados.

## O Patrimônio Arqueológico do PEJU no Contexto Regional de Ocupações Indígenas

Os vestígios arqueológicos identificados na área do PEJU, e que remetem à ocupações indígenas pré-coloniais, são representados por peças líticas lascadas. Foram identificadas dispersas em dois bairros rurais presentes no Parque, nos bairros dos Paulo e Rio Bonito (conforme apresentado no Mapa 16. Sítios Arqueológicos e Bens Edificados no PEJU).

As peças líticas (Figuras 38 E, F e H) compreendem lascas, detritos e fragmentos de artefato destacando-se, entre estes últimos, um fragmento de artefato bifacial do tipo ponta de lança. Todas as peças têm como matéria prima o sílex.

Embora se conte com uma coleção bastante reduzida (não mais do que 10 peças no total), suas características tecnológicas, morfológicas e estilísticas sugerem relação com a tradição Umbu. A tradição Umbu reúne sítios relacionados aos grupos caçadores-coletores mais antigos, de fato, os primeiros ocupantes do planalto paulista. As datas mais antigas são de 9.000 a 9.500 anos.

Na serra de Paranapiacaba conta-se com dezenas destes sítios cadastrados e estudados, embora mais ao sul do Estado de São Paulo, no médio vale do rio Ribeira de Iguape (De Blasis 1986, Mendes da Silva 2007). Em comum com os sítios do PEJU, além da indústria lítica, tem-se o padrão de implantação na paisagem privilegiando os fundos de vale e coincidindo, em elevada porcentagem, aos locais onde atualmente se encontram bairros rurais. Dentre as UC presentes na Serra do Mar, Estado de São Paulo, este tipo de sítios líticos ocorrem também no PETAR e no PEI (Documento, 2008), embora muito provavelmente ocorra também em outros, ainda desconhecidos por conta da ausência de pesquisas arqueológicas.

Vale salientar que os sítios líticos do médio vale do Ribeira apresentaram datas relativamente recentes (De Blasis 1996), de 700 a 890 anos de nossa era, indicando tratar-se de uma ocupação mais tardia em relação ao planalto. A hipótese levantada pelos arqueólogos é que os grupos caçadores e coletores tenham sido, em grande parte, incorporados por grupos ceramistas cultivadores que, aproximadamente, a partir do século V da era cristã, iniciam uma ampla e maciça ocupação do planalto paulista.

Alguns grupos caçadores e coletores remanescentes teriam ocupado as áreas periféricas, como o vale do Ribeira de Iguape e mesmo a Serra do Mar, excessivamente íngremes para o padrão dos grupos ceramistas. É possível que os sítios líticos identificados no PEJU se encaixem, portanto, neste contexto.

## B) Patrimônio Histórico e Cultural

O texto que se segue tem como vértice central e organizador as comunidades dos Paulo, do Rio Bonito, da família Boava, e assim por diante, sendo que para cada uma são apresentados os patrimônios envolvidos, como os bens edificados, os itens de cultura material e o conhecimento tradicional, ou imaterial.

### Bairro dos Paulo

#### ▪ Patrimônio Edificado

Os trabalhos de campo tiveram início no bairro dos Paulo, um antigo vilarejo composto por várias edificações de pau a pique. Em entrevista com a Sra. Diolinda Paulo Domingues, 62 anos, moradora local, desde o seu nascimento, esta nos contou que o nome “Bairro dos Paulo” se dá ao sobrenome de sua família.

Fundado há mais de 100 anos pelo seu pai, o Sr. Paulino Paulo Domingues, o vilarejo cresceu e hoje são 10 casas, onde somente integrantes da família dos “Paulo” residem, com suas inúmeras atividades no local, plantando grãos e cuidando de criações.

A sede de propriedade agrícola, assim como a maioria das residências (típicas da região) foi construída de pau a pique pelos antigos moradores. Técnica construtiva que ainda é empregada no local, tendo sido relatada pelo Sr. Isaías Anselmo Domingues (esposo da Sra. Diolinda).

Refere-se a uma das mais antigas ocupações existentes na área do PEJU concentrando, inclusive, grande parte dos exemplares do patrimônio edificado e imaterial identificados. Está implantado em uma ampla área relativamente plana, sendo cortado pelo rio Bonito, onde estão localizadas as jazidas de barro branco aplicado na caiação das paredes internas e externas das construções existentes, conforme será visto adiante.

Atualmente o povoado conta com uma série de residências e demais edificações, na maioria construídas em pau a pique, implantadas ao redor de uma grande área livre com vegetação de gramíneas (Figura 41D). No ponto extremo do povoado destaca-se uma pequena capela (atualmente desativada), que no passado constituía uma das construções mais importantes do vilarejo. Em geral as residências ladeiam a ampla área livre possuindo quintais na face frontal e lavouras de subsistência aos fundos onde, inclusive, também estão localizados os

galinheiros e depósitos diversos (ferramentas, utensílios agrícolas, restos construtivos, etc.). Cabe ressaltar que, para uma melhor compreensão das construções existentes no bairro dos Paulo, cada edificação foi numerada seqüencialmente, conforme segue:

### Residência Rural 1

Refere-se a uma primitiva sede de propriedade agrícola, construída com técnica de pau a pique, com esquadrias e folhas cegas de madeira (portas e janelas), com quatro águas e telha capa e canal. Beiral de paus lisos com ripamento de madeira trançado com cipó. O apoio para as telhas é fixado com barro sobre o beiral de ripas e madeira de palmito. Externamente foi objeto de reformas que procuraram manter as características originais do prédio, inclusive a caiação na tonalidade branca. O espaço interno sofreu várias modificações, sendo que algumas paredes foram retiradas para a construção de uma garagem (Figura 4I A). O madeiramento que compõe a estrutura da cobertura interna é constituído por madeira lavrada, sendo que os caibros e ripas são amarrados com cipó de alho e cipó São João (caibro e ripa). No início da sua ocupação a fachada principal era voltada para o norte, ponto em que se dava acesso ao vilarejo, inclusive fazendo frente ao Rio Bonito. Há mais de 66 anos essa entrada foi modificada devido à abertura de uma estrada que, atualmente, propicia acesso ao bairro dos Paulo.

### Depósito da residência 1

Refere-se a um anexo da residência I, caracterizado por um depósito também construído em pau a pique, apresentando telhado com duas águas, coberto com telhas francesas, portas e janelas em folha cega de madeira (Figura 4I B) Constitui uma construção mais recente.

### Residência Rural 2

Constitui residência rural de pau a pique, com cerca de 35 anos, apresentando telhado de duas águas coberto com telhas francesas. Possui varandas laterais apoiadas sobre esteios de madeira (Figuras 4I C e E). Parte da residência ainda guarda portas e janelas com folhas cegas de madeira, entretanto, reformas ocorridas promoveram alterações, sobretudo marcadas pela colocação de veneziana e construção de garagem. A parcela alterada (garagem e dormitório) foi construída com blocos de concreto.

Apresenta cozinha separada do corpo principal com a presença de fogão a lenha, duas águas, cobertas com telhas francesas (Figura 4I F). Tal cozinha passou por várias reformas, com paredes construídas com blocos de cimento e paredes de pau a pique. Possui esquadrias (portas e janelas) com folhas cegas de madeira. Aos fundos possui dois compartimentos cobertos, um para abrigar cachorros e o outro para guardar lenhas.

### Residência Rural 3

Caracteriza-se por uma residência de tipologia rural edificada em pau a pique há aproximadamente 30 anos. Possui telhado com duas águas e telhas francesas, com esquadrias e folhas cegas de madeira (portas e janelas). Apresenta varanda lateral nas duas fachadas. Banheiro anexo nos fundos (Figura 4I G).

## Capela

Refere-se a uma construção do início do século XX, com telhado de duas águas coberta com telhas capa e canal, esquadrias e folhas cegas de madeira (portas e janelas). Apresenta beira de paus roliços com ripamento de madeira, trançado com cipó. O apoio das telhas é fixado com barro sobre o beiral, constituído por ripas de palmito e caibro (madeira canela ou cambuí), todas retiradas da mata local.

Hoje desativada, a capela se transformou em garagem para moto e bicicleta (Figura 42 A). Originalmente estava associada aos festejos de São Gonçalo e as festas Juninas que, até meados da década de 1980, ainda ocorriam no bairro dos Paulo. Com a conversão da maior parte da comunidade para a religião protestante, os festejos foram interrompidos.

Um aspecto que dever ser ressaltado na capela refere-se ao sistema de tranca adotado para a porta principal, baseado em uma simples tramela de madeira, que reflete o “saber fazer” local (Figura 42 B e C).

## Residência Rural 4

Atualmente desocupada, esta residência rural, com cerca de 60 anos, foi construída com técnica de pau a pique, apresentando telhado com quatro águas e telhas capa e canal. Tem portas e janelas com folhas cegas de madeira. Uma das paredes foi derrubada, sendo que as portas originais encontram-se depositadas em um dos cômodos da residência.

O beiral é de paus roliços com ripamento de madeira, trançado com cipó, sendo que o apoio para as telhas é fixado com barro sobre o beiral. As ripas são de palmito e o caibro (madeira canela, cambuí), todos da mata local. No conjunto dos imóveis identificados, constitui uma construção com elevado potencial didático, pois algumas das paredes, atualmente sem revestimento, possibilitam a visualização do processo construtivo empregado (Figuras 43 A, B e C). Ao lado da residência 4 estão localizados dois ranchos abertos, sendo que um deles é aberto parcialmente em suas laterais. Ambos os ranchos são cobertos com telhas francesas, sendo que um deles é utilizado como depósito de objetos e o outro (totalmente aberto) como celeiro e secagem de feijão (Figuras 43 D e E).

## Residência Rural 5

Refere-se à residência do Sr. Isaías. Foi construída há cerca de 40 anos, em pau a pique, com duas águas e telhas francesas. A varanda na fachada lateral foi vedada em meia parede de bloco e tela de arame. Sua entrada principal está na face leste, com esquadrias e folhas cegas de madeira (portas e janelas), contendo na lateral uma janela pequena em esquadria metálica e vidro (Figura 44 A).

## Residência Rural 6

Possui cerca de 25 anos, tendo sido construída em pau a pique. Ao longo de sua história foi totalmente modificada apresentando, atualmente, telhado com duas águas coberto com telhas francesas, varanda lateral, portas com folhas cegas de madeira e janelas com esquadrias metálicas (Figura 44 B).

### Residência Rural 7

Difere da maior parte das construções existentes no bairro dos Paulo, pois foi construída em alvenaria de blocos de cimentos há aproximadamente 25 anos. De aspecto singelo, possui uma varanda frontal apoiada sobre vigas de madeira. A cobertura é de duas águas com telha francesa, portas de folha cega de madeira e janelas com veneziana também em madeira. Aos fundos, apresenta cozinha separada, construída em pau a pique (Figura 44 C).

### Residência Rural 8

Constitui construção em pau a pique, com cerca de 30 anos, apresentando telhado com duas águas e telhas francesas. Tal residência, de conformação bastante simples, possui portas e janelas com folhas cegas de madeira, apresenta em uma das laterais um pequeno anexo, também coberto com telhas francesas, o qual é utilizado como paiol. No beiral, constituído por ripas de palmito, a amarração aos caibros foi feita com cipó São João (Figura 44 D).

### Residência Rural 9

Refere-se a uma construção relativamente recente, com tipologia construtiva diversa das demais residências existentes no bairro dos Paulo. Foi edificada em alvenaria de tijolos, com janelas metálicas, cobertura de duas águas coberta com telhas francesas. Entretanto, apesar de se configurar como moderna em meio ao universo do vilarejo, apresenta cozinha separada, também construída em pau a pique, aspecto que remete às técnicas construtivas tradicionais do povoado, testemunhando uma permanência de alguns hábitos e costumes existentes entre os membros da comunidade local (Figuras 45 A e B).

### Residência Rural 10

Constitui a residência mais antiga do povoada, da Sra. Matilde, filha do Sr. Isaías e das Sra. Diolinda, tendo sido construída há cerca de 100 anos pelos avôs da Sra. Diolinda. Foi construída em pau a pique, com cobertura de quatro águas e telha capa e canal. As portas e janelas são de folhas cegas de madeira lavrada sem a presença de pregos, sendo confeccionadas com tábuas encaixadas e cavilhas de madeira. O piso ainda original é de chão batido e a cozinha é interna com a presença de fogão a lenha. No telhado, os beirais são confeccionados com paus roliços de palmito amarrados às vigas com cipó São João. Apresenta uma construção contígua também em pau a pique utilizada como depósito (Figuras 45 C e D).

No interior da residência, além do mobiliário bastante simples, em muitos casos confeccionados de forma artesanal, alguns objetos merecem destaque, como é o caso da vassoura feita com folhagens e espanador com penas de patos. Ao redor da residência, como é comum no povoado, galinheiros são improvisados com cestos ou pequenas “casinhas” de madeira e, assim como boa parte dos moradores locais, a medicina tradicional também faz parte do cotidiano doméstico.

### Assembléia de Deus - Igreja Ministério Ipiranga

Refere-se a edifício de caráter religioso, construído há quase 20 anos, em alvenaria de pau a pique. Possui cobertura de duas águas coberto com telhas francesas. Na face frontal possui ampla varanda utilizada para reuniões associadas ao culto religioso. Dadas as suas características e

funções, representa um dos edifícios de maior importância atual para a comunidade do bairro dos Paulo, apresentando, inclusive, um melhor acabamento quando comparada com as demais construções do povoado (Figura 45 E). Do ponto de vista religioso, no bairro dos Paulo, o catolicismo cedeu espaço para a religião protestante, fazendo com que as festas religiosas, tais como a festa junina e a festa de São Gonçalo, que eram freqüentes no vilarejo, já não existam mais. Os habitantes mais antigos, no caso, o Sr. Isaías e a Sra. Diolinda, 66 e 62 anos respectivamente, assim como a maior parte da comunidade foram convertidos à Assembléia de Deus, e há cerca de 20 anos construíram uma igreja ao lado da casa onde residem, em que o pastor da cidade mais próxima (Juquitiba) celebra cultos semanais e “Santas Ceias” no 2º domingo de cada mês.

*“A Igreja fica lotada, mais ou menos 40 pessoas, todas da comunidade”:* Diz a Sra. Diolinda

### Capela Azul

Refere-se a uma pequena capela rural construída no início do século XX. Todavia, a capela atual é resultado de inúmeras reformas ocorridas, tendo promovido alterações significativas na fachada da edificação primitiva. É construída em alvenaria de tijolos, com duas águas, telhas capa e canal, portão metálico, bandeira de metal e vidros (azuis e verdes). A cruz de concreto na cumeeira foi objeto de reforma empreendida na capela no ano de 2006, conforme data existente (Figura 46 A).

Não apresenta muros ou pórticos principais de acesso, sendo apenas delimitado por uma cerca de arame. Na parte envoltória da capela existe um cemitério (Figura 46 B). Embora não possua estruturas que se configurem como exemplares de arquitetura tumular ou outros elementos artísticos, tais como esculturas em mármore ou pedra, configura-se com exemplar da cultura local, principalmente no que diz respeito à compartimentação dos espaços funerários, distribuição dos sepultamentos, tipologia dos túmulos e elementos de devoção religiosa da comunidade local.

Na sua totalidade, possui sepultamentos sem estruturas tumulares, apenas covas simples, demarcadas por pequenas cruces de madeira ou metal, onde foi possível a identificação de apenas um sepultamento, do Sr. Cezarino Anselmo Domingues (Figura 46 C). Segundo informação do Sr. Isaías o cemitério possui mais de 100 anos.

### Capela dos Tuim

Pequena construção em alvenaria de tijolos coberta com telhas francesas. O acesso interno é realizado por um vão central desprovido de portas. Apresenta em seu interior um pequeno altar em alvenaria com a presença de várias imagens fragmentadas. Foi implantada no lugar da primitiva capela do cemitério (Figura 46 D). O cemitério dos Tuim está implantado em meia encosta de colina suave e, assim como o cemitério da Capela Azul, é apenas delimitado por cerca apresentando covas simples sem a presença de qualquer tipo de estrutura tumular (Figura 46 E e F). Apenas alguns poucos túmulos apresentam flores plásticas depositadas sobre as sepulturas, aspecto que, diferentemente do cemitério da Capela Azul, indica maiores cuidados com a preservação do local. Ao todo, foi possível identificar a presença de 30 covas, sendo que algumas foram cobertas com telhas capa e canal, com cruces de madeira ou concreto. Segundo o Sr. Isaías, o cemitério possui cerca de 80 anos.

## ▪ Patrimônio Material

Na Tabela 77 são descritos alguns objetos da cultura material associada às diversas residências e espaços do bairro dos Paulo.

**Tabela 77.** Descrição de objetos associados ao bairro dos Paulo.

Objeto	Descrição
Gamela (madeira cedro)	Com cerca de 50 anos e confeccionado pelo Sr. Paulino, a gamela foi utilizada para curtir a carne do porco (Figura 47 A). Antigamente as residências não possuíam geladeiras, principalmente as rurais, com isso as carnes eram depositadas em gamelas com sal, fazendo, assim, com que fossem conservadas por um período maior. Atualmente não é mais utilizada.
Broca de mão (furador)	Conhecido pela população local como “trado”, o furador pertenceu ao Sr. Paulinho, que confeccionou vários utensílios com esta ferramenta de ferro, também utilizada para furar madeira. Com cerca de 40 anos, ainda é utilizada pelo Sr. Lindolfo (Figura 47 B).
Enxó chato	Ferramenta para produção artesanal, utilizada na fabricação das laterais das gamelas. Com mais de 100 anos de idade e em bom estado, o enxó foi confeccionado com um suporte em madeira sustentando uma lâmina metálica. Pertenceu ao Sr. Nito Paulo (Figura 47 C).
Enxó goivo	Ferramenta utilizada manualmente na fabricação de gamelas foi confeccionado com um suporte em madeira sustentando uma lâmina metálica. Com mais de 100 anos, a ferramenta para produção artesanal também pertenceu ao Sr. Nito, avô do Sr. Lindolfo (Figura 47 D).
Pedra de assentar fio	Constitui utensílio em pedra empregado para o “fio” (corte) de ferramentas: faca, foice, tesoura, entre outros. Segundo moradores locais, é utilizada no vilarejo desde a formação do bairro dos Paulo (Figura 47 E).
Martelo	Ferramenta com cerca de 30 anos e confeccionada em madeira, sem a utilização de pregos, onde o cabo é encaixado em um orifício central do “batedor”. O martelo foi utilizado para bater o forno na fabricação de carvão (Figura 47 F).
Cadeira com encosto	Fabricada pelo Sr. Paulino, com madeira quiri retirada da mata local, a cadeira com encosto tem cerca de 50 anos. Não possui pregos, sendo confeccionada apenas a partir de encaixes na madeira lavrada com facão, machado e enxó (Figura 48 A).
Pedra de vazar	Mais áspera, a pedra de vazar é utilizada para acertar o corte da ferramenta a sere amoladas. Segundo moradores locais, também é utilizada no vilarejo desde a formação do bairro dos Paulo (Figura 48 B).
Moedor de milho	Utensílio doméstico confeccionado em ferro fundido, com cerca de 20 anos, tendo sido utilizado para moer milho. Pertenceu ao Sr. Paulino, sendo raramente utilizado pela população local (Figura 48 C).
Retranca	Constitui um utensílio agrícola confeccionado em lona, com cerca de 30 anos, utilizado no lombo de um animal (burro) para puxar carga. Geralmente é confeccionado em couro costurado e atado em argolas e presilhas metálicas (Figura 48 D).
Covo	Constitui uma armadilha de pesca na forma de um cilindro confeccionado a partir de uma sequência de taquaras sobrepostas e amarradas com arame a quatro aros de cipó (Figura 48 E). No processo da pescaria, o covo é mergulhado em rios ou lagos, tendo no seu interior iscas tais como a quirela, arroz ou milho. Os peixes são atraídos pela isca e, ao adentrarem na armadilha, não conseguem mais sair.
Arado	Com cerca de 40 anos, foi produzido praticamente em madeira, sendo que o “bico” de aragem é confeccionado em metal – ferro (Figura 48 F). O arado é muito utilizado na lavoura com base na tração animal, sendo tradicionalmente puxado por burros.
Panela de ferro	Com cerca de 25 anos, o utensílio doméstico foi confeccionado em ferro, tendo sido utilizado antigamente para torrar café. Atualmente não está em uso, constituindo apenas uma recordação familiar (Figura 49 A).
Panela de ferro com alça	Utensílio doméstico confeccionado em ferro fundido, possuindo mais de 50 anos. Em bom estado de conservação, era utilizado para cozinhar qualquer tipo de alimento. Pertenceu a Sra. Catarina, mãe da Sra. Diolinda, que guarda o utensílio como lembrança (Figura 49 B).
Banco pequeno de madeira	Fabricado há cerca de 30 anos pelo Sr. Paulino (pai da Sra. Diolinda). Não possui pregos, sendo confeccionado apenas a partir de encaixes na madeira (Figuras 49 C e D).

...continuação Tabela 77.

Objeto	Descrição
Fogão à lenha	Reconstruído há pouco mais de 4 anos, o fogão à lenha atual substituiu original, construído na mesma época da residência, há cerca de 100 anos. Embora o atual tenha sido construído com materiais mais modernos, guarda as mesmas características, volumetria e posicionamento do anterior (Figura 49 E).
Banquinho de madeira	Fabricado com madeira retirada da mata local, há cerca de 30 anos, o banquinho de madeira não possui pregos, sendo confeccionado apenas a partir de encaixes na madeira. Constitui uma das peças confeccionadas pelo Sr. Paulinho (Figura 49 F).
Banco de madeira	Com pés finos e altos, o banco foi fabricado pelo Sr. Paulino com madeira retirada da mata local. Possui cerca de 30 anos e não possui pregos, sendo confeccionado apenas a partir de encaixes na madeira (Figura 49 G).
Chaleira	Guardada em um depósito, a chaleira de ferro fundido pertenceu a Sra. Catarina, avó da Sra. Matilde. Hoje com mais de 50 anos, a chaleira não é mais utilizada, constituindo apenas um utensílio de recordação (Figura 49 H).
Pilão	Pilão de madeira lavrada apresentando mão de pilão esculpida também em madeira (canela), sendo utilizado para socar café e arroz. Tal pilão, atualmente em desuso, possui cerca de 50 anos (Figuras 50 A e C).
Gamela	Com mais de 40 anos e em bom estado, a gamela foi fabricada pelo avô da Sra. Matilde, o Sr. Paulino. Confeccionada com madeira canela rosa, antigamente era utilizada para lavar roupas (Figura 50 D).
Banco de madeira	Banco confeccionado com madeira retirada da mata local. Não possui pregos, sendo confeccionado apenas a partir de encaixes na madeira. Possui cerca de 30 anos e também foi produção do Sr. Paulino (Figuras 50 B e E).
Espanador de penas de pato	Caracteriza-se por um feixe de penas de pato utilizado pela população local principalmente na limpeza de fogões à lenha. Os patos / patas perdem suas penas e a Sra. Matilde recolhe as que estão caídas no chão de seu quintal. Com elas confecciona feixes, produzindo seu espanador artesanal (Figura 51 A).
Galinheiros feitos com cestos	Caracterizado pelo trabalho de cestaria, o galinheiro é confeccionado apoiado sobre madeiras e, na maioria das vezes, cobertas com materiais diferenciados, as cestas possuem em seu interior plantas, como samambaias secas, que servem de “ninhos” para as galinhas botarem seus ovos. Em alguns casos galões plásticos são cortados, substituindo as cestas (Figura 51 B).
Casinhas para abrigar galinhas	Confeccionadas com restos de madeiras, tábuas, bambus, as casinhas são utilizadas para abrigar galinhas (galos) e...”deu o horário de dormir, cada um vai para seu cantinho e nunca erram de casa” (palavras da Sra. Diolinda, mãe da Sra. Matilde) (Figura 51 C).
Vassoura Artesanal	Constitui um utensílio doméstico confeccionado mediante da utilização das folhas da planta “vassourinha de esterco”. Para a confecção as folhas da planta vassourinha são colhidas e separadas uma a uma. Em seguida, são amarradas no cabo de qualquer tipo de madeira com um cordão de borracha (Figura 51 D). <i>“É muito fácil fazer e não gasto. Em 10 minutinhos já está pronta. O que demora mais é pegar as vassourinhas no mato”</i> , diz a Sra. Matilde. A duração da vassoura é de aproximadamente uma semana. Assim que as folhas começam a secar, precisam ser substituídas por novas (verdes). A planta vassourinha de esterco é conhecida por esse nome, por ser localizada somente onde há muito esterco.
Cesta com alça	Utilizado para colocar pregadores de roupa, é fabricada com cipó peva trançado (Figura 52 A).
Cesta para ovos	Confeccionada com taquara pinina, a cestinha é utilizada para guardar ovos, pães ou mantimentos (Figura 52 B).
Cesta oval com alça	Utilizada também para guardar ovos, é confeccionada com cipó peva (Figura 52 C).
Cesta com borda trabalhada	Cesta utilizada para várias finalidades, é confeccionada com cipó peva retirado da mata local. Diferentemente das demais, esta cesta apresenta uma borda trabalhada com um conjunto de arcos de cipó peva (Figura 52 D).
Vasinho	Utilizado para colocar flores, o vasinho é fabricado com cipó peva. Constituiu uma das poucas peças que apresenta bojo e gargalo (Figura 52 E).
Vaso	Confeccionado com cipó peva da mata local, é utilizado para colocar flores (Figura 52 F).



...continuação Tabela 77.

Objeto	Descrição
Vaso Grande	Vaso com formato que permite acoplar outro vaso com flores naturais, fabricado com cipó peva. Possui a borda trabalhada com arcos (Figura 53 A).
Fruteira	Produzido com cipó peva, é utilizado para guardar frutas (Figura 53 B).
Cesta retangular grande com alça	Utilizada para várias finalidades, a cesta retangular é confeccionada com cipó peva, possuindo um pedaço de madeira na base, o que a diferencia dos demais utensílios (Figura 53 C).
Cesta retangular pequena com alça	Confeccionada com cipó peva e em tamanho menor, possui um pedaço de madeira na base, diferenciando dos outros utensílios. Pode ser utilizado para várias finalidades (Figura 54 D).
Cestinha oval com alça	Confeccionada com cipó peva e base de madeira, utilizada para guardar ovos (Figura 55 E).
Cestinha com alça	Utilizada para diversas finalidades, confeccionada com cipó peva (Figura 56 F).

#### ▪ Patrimônio Imaterial

A seguir são apresentados itens da cultura imaterial observados no bairro dos Paulo, englobando conhecimentos construtivos, artesanato, crenças, medicina tradicional, mitos e lendas, e brincadeiras de crianças.

#### Técnica construtiva de pau a pique

Nesta técnica construtiva, primeiramente são cortados os esteios, seguidos dos baldrames, caibros, barrotes e ripas. Em seguida, são retirados da mata os cipós (São João, alho ou vermelho). Após a confecção da estrutura da casa, as ripas são amarradas com cipó formando uma “grade”, a qual é revestida nas faces interna e externa com barro aplicado com as mãos (taipa de mão ou sopapo). Por fim, é aplicada uma nata de saibro branco, denominada de caiação. Segundo o Sr. Isaiás, uma casa de 5m x 5m utiliza nove esteios (Figura 54 A e B).

O esteio geralmente é proveniente das árvores guatinga, peroba, pau de café ou ipê, devendo ser cortado na lua minguante a fim de evitar o caruncho. Se a cobertura for de palha, a mesma também deve ser cortada na minguante e, neste caso, as ripas são de palmito, sendo amarradas com cipó e apresentando uma durabilidade de aproximadamente 4 anos.

#### Argila para caiação (saibro branco)

Ainda no contexto da técnica construtiva em pau a pique é utilizado o “saibro branco”, que constitui uma argila utilizada para caiação das residências com a finalidade de proteção das paredes externas e internas. Na maioria delas o apoio para as telhas também foi fixado com barro sobre o beiral (Figura 55 A e B).

Para os dois casos seu manuseio é bem simples, basta misturar o saibro branco com um pouco de água, sendo que nas paredes (internas e externas) o barro é espalhado com uma vassoura. Já para a fixação sobre o beiral, a massa é colocada com a ajuda de uma colher de pedreiro.

A jazida do barro está localizada às margens do rio Bonito, segundo informação da própria comunidade, e passa dentro do povoado, constituindo por décadas a fonte de matéria prima local. Contudo não há um registro específico desta localização.

Além da técnica construtiva de pau a pique utilizada antigamente pelo Sr. Paulino, alguns elementos que também testemunham o “saber fazer local” podem ser encontrados no povoado, como é o caso do “cabito” (cabideiro) presente no interior de uma das residências e utilizado para pendurar chapéus e vestimentas. Refere-se a uma sequência de ganchos em madeira encaixados em uma tábua fixada na parede, compondo, assim, parte do singelo mobiliário que em geral ocupa o interior das residências locais (Figura 55 C). No âmbito do universo simbólico e do imaginário popular, uma das residências (a primeira casa do povoado) apresenta, na face externa da porta principal, um conjunto de cruzeiros pintadas a cal que, segundo informação do Sr. Isaías, constituía uma crença comum entre a população católica local, tendo como objetivo afastar o mal olhado e assombrações (Figura 55 D e E).

### Produção artesanal de esteiras

No processo produtivo, além da taboa, são utilizados o facão para corte do material, linha de nylon, birros e travessa de madeira para amarração dos feixes. Primeiramente a taboa é cortada do brejo, sempre na lua minguante, pois em outras luas os carunchos aparecem não permitindo que o material tenha grande durabilidade. Em seguida, são separadas e colocadas ao sol. Após esse processo sua confecção é feita com maços de 10 taboas, trançadas com birros, apoiadas sobre uma travessa de madeira. Esse procedimento é feito com mais ou menos 100 a 110 maços, adquirindo 2 m de esteira. Se a esteira for maior, mais maços são inseridos (Figura 56).

O tempo aproximado para produção de uma esteira é de 15 dias (se a secagem das taboas for rápida). Depois da fabricação podem durar até 3 anos, se as taboas forem colhidas na época certa. *“O preço de uma esteira de 2 m é vendida por R\$ 20,00. Daí depende o tamanho que o cliente quer, se for maior, sai mais caro”.*

Integrante da família do Sr. Lindolfo, a Sra. Benedita (sua esposa), é artesã e confecciona esteiras há 35 anos. Diz ter aprendido todo o processo de “trançar” taboas com a sogra. Em entrevista, contou que caminha cerca de 1 Km com centenas de taboas nas costas e o processo do corte tem que ser feito no tempo certo. *“As taboas tem que ser cortadas no mês de abril até julho, porque nos outros meses sai aquela flor vermelha e não serve para fazer esteiras”.* Os produtos fabricados em um canto da pequena cozinha são destinados à venda para auxílio na renda familiar.

### Produção artesanal de cestaria

Além dos exemplares até então apontados, no âmbito do patrimônio cultural presente nos limites do PEJU merece destaque a confecção artesanal de cestaria em cipó e taquara, já registrada em trabalhos anteriores (Russi 2001, 2004) e tendo como foco de ocorrência o bairro dos Paulo. O principal agente produtor refere-se a Sra. Isaltina, nora da Sra. Diolinda, artesã há 15 anos e tendo aprendido a técnica artesanal da cestaria com uma amiga residente na região. Materiais utilizados: facão, cipó peva, cipó São João, taquara mambu ou taquara pinina (todos retirados da mata local).

Para a produção: o material a ser usado (cipó ou taquara) é colhido, separado (não podem ser os mais novos, pois estes estão muito moles para serem confeccionados) e depois cortados ao meio. Após esse processo, são separados por tamanhos iguais, colocados ao chão onde são apoiados pelos pés da artesã dando início ao trançado, (sempre começando pelo apoio dos cestos, no caso, o fundo). Em seguida são feitas as laterais do tamanho desejado e por último o acabamento, onde as pontas do material utilizado são fixadas por um outro pedaço de cipó ou taquara, para que não soltem com o tempo. A produção não tem um tempo determinado para cada unidade, depende muito do tamanho do cesto a ser produzido.

Uma observação foi citada pela Sra. Isaltina, em relação aos materiais utilizados por ela: o cipó peva e o cipó São João podem ser colhidos a qualquer época do ano, porém a taquara mambu só deve ser cortada na lua minguante, para que o material não carunche (Figura 57 A e B). O cipó São João também é muito utilizado pela comunidade local para amarrar barrotes em casa, construída de pau a pique, por ser bastante resistente. A maioria dos produtos confeccionados é destinado à venda para auxílio na renda familiar, e alguns para uso próprio.

## Mitos e lendas

Ainda no universo da cultura imaterial, “mitos e lendas” também fazem parte do imaginário da comunidade do bairro dos Paulo (Tabela 78).

Em entrevista, o Sr. Isaías relatou algumas histórias ocorridas com ele e com pessoas que dizem ter presenciado tais fatos (Figura 58 A).

**Tabela 78.** Descrição de lendas associadas ao bairro dos Paulo.

Lenda	Descrição
Lenda do Saci	<p>Um dos personagens mais conhecidos do folclore brasileiro, com seu comportamento divertido e brincalhão, o garoto de uma perna só e gorro vermelho é citado pelas lendas contadas no bairro dos Paulo, onde pessoas acreditam tê-lo visto e ouvido (seus assovios) em matas locais e se banhando nos córregos.</p> <p>“Uma noite um nativo voltando do baile no Km 4,5, já tava chegando no bairro dos Paulo e, perto do rio, ouviu um barulhinho de água. Viu um molequinho de meio metro de altura que estava jogando água no rosto. O molequinho olhou para o nativo e deu risada com os dois dentinhos. O nativo com medo, nem olhou pra trás”. “Eu também ouvi o saci assoviar a meia noite. Onde eu morava no outro bairro de Porto Raso, não cheguei a ver, só ouvi ele assoviando”.</p> <p>“Um dos Boava (família tradicional do Parque), quando morava perto da usina, viu um saci que começou a dançar. Ele olhava o saci dançar e o seguiu, e quando entrou na mata, não achava mais o caminho para voltar. Naquele tempo só rezava “crê em Deus Padre”, quando começou a rezar, ele acertou a trilha e voltou para trás e foi embora pra casa dele”. (palavras do Sr. Isaías).</p>
Lenda do Pé Grande	<p>Segundo depoimento do Sr. Isaías, a Lenda do Pé Grande é bastante conhecida pela comunidade, onde algumas pessoas dizem ter deparado em mata local com este personagem de chapéu e pé grande, que sempre diz “que o dia na mata ficou pr’océis andá e a noite é prá nós andá”.</p> <p>“Um cara foi caçar veado e outra pessoa disse à ele: ” Hoje você vai matar um veado de pé grande”, O cara respondeu: “Veados de pé grande mesmo eu não quero matar”. O cara resolveu então esperar trepado no pé do pau em uma mata derrubada, onde tinha muita fruta e de repente balançou o pé do pau. Quando o cara olhou para baixo, viu um bruto homão com chapéu bem grande na cabeça. Saiu correndo e foi parar no barraco onde morava. Era o homem do pé grande”.</p> <p>“Um homem foi caçar e tinha um carreiro de bicho que passava por lá. Carreiro de porco do mato. Ele disse: “Vou fazer a barraca aqui mesmo, durmo aqui e amanhã nós sai pro mato aí”.</p> <p>Quando foi uma hora, apareceu um homem do tipo do chapéu grande e de pé grande que falou assim: “Você perca esse costume de nunca mais fazer o rancho no caminho de nós andá, porque o dia ficou pr’océis andá e a noite é prá nós andá”.</p>

## Medicina Tradicional

Como em várias localidades rurais, os moradores do bairro dos Paulo também aprenderam com seus antepassados receitas com as mais diferenciadas espécies de plantas e para diversos males, representadas pela medicina tradicional caseira (Tabela 79).

*“Faço muito remédio caseiro aqui em casa, porque os remédios na farmácia estão caros e pra chegar até a cidade, fica muito longe” – (palavras da Sra. Diolinda).*

**Tabela 79.** Descrição da medicina tradicional caseira associada ao bairro dos Paulo.

Remédio	Descrição
Chá para qualquer tipo de dor	Medicamento caseiro à base de chá. Para o seu preparo, é preciso levar ao fogo uma chaleira com água, deixar ferver e após esse processo despejar por cima das folhas da planta antibiótico. Isso é feito para que as folhas não cozinhem. Pode ser servido morno ou frio e se necessário, adoçar.
Chá para doenças do estômago	Medicamento caseiro confeccionado com base na fervura das folhas do boldo. Para isso, basta levar ao fogo uma chaleira com água e as folhas do boldo. Deixar ferver e coar. A emulsão deverá ser ingerida gelada e sem adoçar, para que seu efeito seja mais rápido.
Chá calmante	Medicamento caseiro à base de chá, indicado como calmante para crianças e adultos. Seu preparo é muito rápido, basta levar ao fogo uma chaleira com água e a camomila. Deixar levantar fervura, desligar o fogo, coar e adoçar à gosto. Servir morno.
Xarope para tosse	Constitui medicamento caseiro confeccionado com base na fervura do fruto (amarelo) da planta caraguatá e das folhas do guaco. O procedimento é bem simples, basta descascar o fruto, colocar juntamente com o guaco em uma panela com água e açúcar. Deixar ferver até ficar bem apurado (xarope). Após seu resfriamento poderá ser ingerido 2 vezes ao dia.
Chá para lombriga de crianças	Confeccionado com base na fervura das folhas da hortelã, com o leite. Esse medicamento é utilizado para lombrigas, sendo indicado somente para crianças. Em seu preparo, levar ao fogo uma chaleira com leite e as folhas de hortelã. Deixar levantar fervura, desligar o fogo e coar. Servir morno e adoçar, se necessário.
Chá para gripe	Medicamento caseiro à base de chá, onde a planta malva é fervida e indicada para gripe. Para o preparo, levar ao fogo uma chaleira com água e as folhas da malva. Deixar ferver bem, desligar o fogo e coar. A emulsão deverá ser ingerida morna e se necessário adoçar.
Chá para doenças dos rins	Medicamento caseiro confeccionado com base na fervura das folhas da planta caninha, do abacateiro e quebra pedra. Para o preparo, basta levar ao fogo uma chaleira com água, as folhas das plantas e ferver bastante. Em seguida, desligar o fogo e coar. O chá deverá ser ingerido morno e se necessário adoçar.
Chá para bronquite, gripe e verme de crianças	Medicamento caseiro à base de chá, onde são utilizadas as sementes do pacová (seco), folhas do poejo e da hortelã. <i>“Aprendi esta receita com minha mãe, há anos...”</i> , diz a Sra. Matilde. Para o preparo: amassar as sementes do pacová (seco), juntar com as folhas do poejo e da hortelã, despejar água fervendo por cima. Deixar esfriar, coar e servir. Adoçar se necessário. As folhas e sementes não podem ser fervidas juntamente com a água para que (as folhas) não cozinhem. Para que as sementes do pacová tenham uma longa duração, precisam estar bem secas ao serem guardadas. Caso contrário elas ficarão emboloradas, não sendo mais indicadas para uso.

## Brincadeiras de criança

Observou-se também nesse povoado outras atividades que se configuram como elementos do patrimônio imaterial, como é o caso de algumas brincadeiras tradicionais que ainda estão presentes no universo infantil, descritas na Tabela 80.

**Tabela 80.** Descrição de brincadeiras de criança associada ao bairro dos Paulo.

Brincadeira	Descrição
Pião caseiro	Confeccionado com materiais simples: rodela de ferro de bicicleta, tampinha de detergente, lápis e fio de nylon, o pião caseiro é utilizado pelos primos (Léo e Alessandro) em uma de suas brincadeiras diárias. O pião é denominado pelas crianças do local como “Brem-breide”. Para a fabricação e funcionamento: encaixar a tampinha de detergente dentro da rodela de ferro e passar o fio de nylon em volta da parte branca (tampinha de detergente). Segurar a pontinha do fio restante, encaixar o lápis para poder segurar e puxar o fio. O lápis e fio de nylon permanecem nas mãos e o pião sai rodando (Figuras 58 B).
Amarelinha	Caracteriza-se por uma brincadeira muito antiga, com ocorrência registrada em várias partes do território nacional, ainda que hoje sua prática esteja reduzida. O jogo consiste em pular sobre um desenho riscado com giz no chão (no caso das crianças do bairro do Paulo, os riscos foram feitos com uma pedra sobre o chão de terra), apresentando quadrados ou retângulos numerados de 1 a 10 e no topo o céu, em formato oval (Figura 58 C). Tira-se na sorte quem vai começar. Cada jogador, então, joga uma pedrinha, inicialmente na casa de número 1, devendo acertá-la em seus limites. Em seguida pula, em um pé só nas casas isoladas e com os dois pés nas casas duplas, evitando a que contém a pedrinha. Chegando ao céu, pisa com os dois pés e retorna pulando da mesma forma até as casas 2-3, de onde o jogador precisa apanhar a pedrinha do chão, sem perder o equilíbrio, e pular de volta ao ponto de partida. Não cometendo erros, joga a pedrinha na casa 2 e sucessivas, repetindo todo o processo. Se perder o equilíbrio, colocando a mão no chão ou pisando fora dos limites das casas, o jogador passa a vez para o próximo, retornando a jogar do ponto em que errou ao chegar a sua vez novamente. Ganha o jogo quem primeiro alcançar o céu.

#### ▪ Patrimônio Paisagístico

Além dos objetos (exemplares da cultura material local), a comunidade do bairro dos Paulo possui laços de afetividade com algumas áreas do vilarejo que estavam associadas com algum tipo de atividade desenvolvidas pelos antepassados, como é o caso de um espaço situado a cerca de 200 m da residência do Sr. Isaías, nas proximidades do córrego do rio Bonito.

Ali estaria localizado o monjolo do povoado que foi vendido pelo Sr. Nito para algumas pessoas. O monjolo estaria hoje em um museu.

*“Essas águas fizeram o monjolo funcionar por muito tempo” (palavras da Sra. Diolinda).*

Tal monjolo foi construído pelo Sr. Nito Paulo, avô da Sra. Diolinda, tendo sido utilizado para a fabricação de farinha de milho, alimento que sustentou por vários anos a família dos “Paulo” e que também era trocado por outros produtos quando os tropeiros saíam em cavalgadas até o município de Ibiúna. Atualmente, no local, só existem vestígios da base do monjolo e cicatrizes da vala para captação de água do córrego.

### Bairro do Rio Bonito

#### ▪ Patrimônio Edificado

Além dos vilarejos do bairro dos Paulo, a região apresenta outros espaços que podem ser apontados como representativos do patrimônio cultural local, como é o caso do bairro do Rio Bonito.

Refere-se a um povoado rural, implantado em uma ampla área plana, nas proximidades do rio Bonito, sob as coordenadas 23k 0272262 / 7350721. O povoado foi formado no início do século XX.

Em geral boa parte das residências ali existentes, originalmente em pau a pique, foi demolida para dar lugar a construções edificadas com materiais mais recentes (alvenaria de tijolos ou blocos de cimento). Mesmo assim, o povoado apresenta ainda algumas residências construídas com técnicas tradicionais, incorporando o “saber fazer” local.

Além disso, boa parte das novas construções foi edificada nos espaços anteriormente ocupados pelas habitações em pau a pique, testemunhando a primitiva ambiência, marcada por um espaçamento típico entre as casas e intercalado por áreas destinadas às lavouras de subsistência (Figura 58 D).

#### **Residência do Sr. Célio**

Constitui uma residência atual construída de alvenaria de blocos, com varanda frontal apoiada em pilastras de tijolos, com duas águas, coberta com telhas francesas. Ocupa o lugar de uma antiga construção edificada em pau a pique.

#### **Antigo bar do Sr. Célio**

Constitui uma edificação em alvenaria de tijolos, em duas águas cobertas com telhas francesas, possuindo portas e janelas em folha cega de madeira. Foi construído no final do século XX, funcionando como o bar do povoado, atualmente está sendo utilizado como depósito (Figura 58 E).

### **▪ Patrimônio Imaterial**

#### **Maçã de Boi**

Dentre os moradores deste povoado, foi realizada entrevista com o Sr. Célio, conhecedor das histórias locais e detentor de alguns conhecimentos sobre a tradição popular, como é o caso da simpatia associada a “maça do boi”, utilizada para “mulheres incomodadas”.

Dá-se no nome à maçã de boi, a uma massa constituída pelo pêlo que ele lambe de seu corpo e acaba ingerindo, sendo regurgitado mais tarde (Figura 58 F). Utilizada para “mulheres incomodadas”, como diz o Sr. Célio, esta receita é conhecida desde a época de seus avôs. Para mulher que tiver um parto difícil, basta passar a maçã na barriga fazer o sinal da cruz e rezar, assim, o parto será normal. Isso poderá ser feito se a paciente estiver longe, basta mentalizar e rezar (a reza não foi revelada).

### **▪ Patrimônio Paisagístico**

Uma vez apontados alguns exemplares do patrimônio cultural de natureza imaterial presentes nos vilarejos existentes na área de abrangência do PEJU, cabe aqui destacar outros elementos que direta ou indiretamente estão relacionados com o cotidiano das comunidades locais e compõe a Paisagem Cultural e o Cenário de Ocupação do Parque, como é o caso da Estrada dos Tropeiros, e a Prainha.

## Estrada dos Tropeiros

Apesar de constituir uma área de interesse histórico e estar associada ao processo de ocupação de grande parte do Estado de São Paulo, sobretudo devido ao movimento do Tropeirismo, promovendo intercâmbio comercial no país desde o período colonial, o trecho da estrada dos Tropeiros existente na área do PEJU está diretamente associado à formação dos vilarejos ali existentes e presente no imaginário de grande parte da comunidade local.

Segundo o Sr. Isaías, esta estrada era o caminho percorrido pelos tropeiros, que levavam mulas do Rio Bonito para Ibiúna (antigo caminho da Capela Azul) até a primeira parada (Murundum, município de Ibiúna).

O trajeto durava 6 horas, onde as tropas levavam toucinho, feijão, palmito, farinha de milho (produzida pelo monjolo do Sr. Nito) para serem trocadas por sal, açúcar e roupas. Por um bom tempo, a antiga estrada foi utilizada pelos moradores locais como acesso a povoados e centros urbanos mais distantes (Figura 59A e B).

## Prainha

Além de constituir uma área de interesse turístico, a denominada prainha configura-se também como área de interesse histórico, estando associada ao processo de formação das barragens ali existentes. Tal espaço, localizado sob as coordenadas 23k 0276007 / 7350387 em um trecho do rio Juquiá Bonito (o antigo nome era Juquiá- Guaçú), pertenceu a uma pedreira há mais de 50 anos, apresentando ainda hoje as cicatrizes de retirada de material, o qual foi utilizado nas barragens.

O processo de extração de matéria prima (rocha para as barragens - Figura 59 E e F) propiciou a formação de um lago artificial, atualmente caracterizado como um espaço turístico do Parque (Figura 59 C e D).

## Bairro da Família Boava

### ▪ Patrimônio Edificado

Constitui um pequeno povoado, localizado no Km 4,5 da estrada que corta o PEJU, sob as coordenadas 23k 0274436 / 7350034. Está implantado no topo de uma colina suave, sendo caracterizado pela presença de um conjunto de edificações em alvenaria de tijolos, onde se destaca a capela e o prédio que abrigava a primeira escola do povoado (Figura 60 A).

Sua ocupação ocorreu a partir do início do século XX, com a construção de uma pequena capela (originalmente em pau a pique) dedicada a Bom Jesus de Pirapora. Desde sua fundação, ocorre no local nos mês de junho a Festa de São João, uma tradicional festa popular congregando um grande número de participantes. A mais antiga moradora e descendente da Família Boava ainda viva é a Sra. Ana, com 88 anos e nascida no local.

### Edifício Religioso - Igreja da Congregação Cristã

Refere-se a um imóvel de funções religiosas, construído em meados do século XX em alvenaria de tijolos, com telhado de duas águas, telhas francesas, portas de madeira e janela em esquadria metálica com vidros. Possui linhas singelas do Art Deco, com um pequeno anexo na frente (construído posteriormente). Atualmente é utilizada como depósito (Figura 60 B).

### Edifício da Antiga Escola

Com cerca de 60 anos, a construção feita de alvenaria de tijolos possui telhado de duas águas com telhas francesas. Apresenta varanda lateral apoiada em pilastra de alvenaria de tijolos, vergas retas e portas de madeira. Atualmente o edifício é utilizado como depósito (Figura 60 C).

### Residência da Família Boava

Caracteriza-se por uma residência de tipologia rural, com cerca de 60 anos, construída em alvenaria de tijolos, com telhado de quatro águas, coberto com telhas francesas. Possui portas e janelas com venezianas e esquadrias de madeira. Possui varanda frontal e lateral. A cozinha é separada apresentando forno à lenha (Figura 60 D).

### Armazém da Família Boava

Refere-se a um imóvel construído em alvenaria de tijolos, em meados do século XX, com telhado de três águas coberto com vários tipos de telhas (francesa, capa e canal e Eternit), possuindo varanda frontal. Apresenta portas e janelas em folha cega de madeira. Possui platibanda, com frisos restos fazendo alusão ao Art-Decó. Encontra-se bastante descaracterizado (Figura 60 E).

### Residência rural (abandonada)

Caracteriza-se por um imóvel de tipologia rural, construído em meados do século XX em alvenaria de tijolos. Possui telhado com duas águas, telhas francesas, portas e janelas em folhas cegas de madeira. Possui varanda frontal apoiada em pilastras de tijolos (Figura 60 F).

### Capela da Família Boava (Bom Jesus de Pirapora)

Construída em alvenaria de tijolos com duas águas e telhas de fibro cimento com varanda frontal. Possui verga curva e sineiro central. As janelas são de esquadrias metálicas, porta de madeira e vidro com bandeira também em vidro. Possui entre 20 e 25 anos ocupando o local da primitiva capela do povoado (Figura 61 A, B e C).

Guarda grande importância para a comunidade local, pois é justamente em associação a esta capela que ocorre um dos festejos populares (Festa de São João) mais representativos entre a comunidade que ocupa a área e espaço envoltório do PEJU. Várias imagens de santos estão presentes no interior da Capela. Algumas dedicadas em sua homenagem e, outras, a santos de devoção da Sra. Ana, descritos a seguir.



## ▪ Patrimônio Material

Na Tabela 81 é apresentado o patrimônio material identificado no bairro da Família Boava.

**Tabela 81.** Descrição do patrimônio material associado ao bairro da Família Boava.

Objeto	Descrição
Imagem de Bom Jesus de Pirapora	Em gesso policromado com olhos de vidro e manto em tecido. Refere-se ao Santo Padroeiro da Capela e está no local desde a formação do Povoado pela Família Boava.
Imagem de Santa Luzia	Em gesso policromado, constituindo a Santa de devoção da Sra. Ana Boava, a mais antiga representante da família ainda viva.
Imagem de Nossa Senhora Aparecida	Confeccionada em gesso policromado, constituindo também uma das santas de devoção da Capela.
Imagem de São Jorge	Em gesso policromado, também presente na Capela da Família Boava.
Imagem de São José	Confeccionado em gesso policromado e em um dos pequenos altares da Capela.
Imagem de Santo Antonio	Confeccionado em gesso policromado. Constitui a imagem de maior devoção do festejo popular, pois é justamente Santo Antonio que é carregado até o córrego próximo a capela, onde é lavado pela comunidade.
Tigela utilizada para o banho de Santo Antonio	Constitui um recipiente de vidro utilizado no dia de comemoração de São João onde, no ritual, o Santo Antonio é banhado com águas de um córrego nas proximidades. A tigela adquiriu valor simbólico para a Sra. Ana, família e alguns membros da comunidade, sendo utilizada exclusivamente para esta finalidade. Ao final da cerimônia a tigela é cuidadosamente embrulhada em um pano e guardada em um armário até a próxima festividade (Figura 61 E).
Cruzeiro de madeira	Desde o início da construção da antiga escola, uma enorme cruz de madeira foi colocada em frente ao prédio. Segundo a Sra. Maria José, um dos filhos da Sra. Ana se suicidou dentro de casa quando tinha aproximadamente 19 anos, por causa de uma namorada, e o sangue caído no chão foi enterrado debaixo da cruz. Mesmo quebrado, o tronco permanece no local transformado pela Sra. Ana em um canto “sagrado”, sem poder retirá-lo ou tocá-lo (Figura 61 D).
Fogão de ferro e ágata	Refere-se a um fogão à lenha, confeccionado em ferro e ágata esmaltada com motivos florais. Com cerca de 50 anos era utilizado para cozinhar qualquer tipo de alimento. Atualmente o fogão não está em uso, constituindo apenas uma recordação (Figura 61 G).

## ▪ Patrimônio Imaterial

### Festejos: Festa de São João

Refere-se a um dos mais importantes festejos populares realizados na área de abrangência do PEJU. Constitui uma tradicional festa realizada todo mês de junho, em comemoração ao dia de São João. Várias pessoas da comunidade participam das rezas, onde depois são realizados festejos com bebidas e comidas feitas pela família Boava.

Em depoimento, uma moradora que vive na região há 12 anos e que é “acompanhante” diária da Sra. Ana, a Sra. Maria José (Figura 61 F), contou em detalhes o festejo realizado em junho.

“A festa é realizada no dia de São João, 24 de junho. Porém, se esta data cair no dia de semana, os festejos são comemorados na próxima sexta-feira para sábado e de sábado para domingo (2 dias de festança). Dá-se início à meia noite, quando o Santo Antonio sai da Capela da Família Boava, enroladinho em uma toalha. Ele é levado pela comunidade até o córrego mais próximo.

Lá é banhado e novamente trazido até a Capela e, em seguida, é rezada uma missa que tem a duração de 1 hora. Depois são realizados os festejos com danças, muito forró, até DJ tem, que segue até a madrugada. Também tem bebidas e comidas de todos os tipos, feitas pela família Boava, com o dinheiro arrecadado da comunidade. Tudo é enfeitado com luzes, fogueira que às vezes chega a 15 m de altura e muitos fogos de artifício. A Sra. Ana diz que a festa vem desde a época de seu pai, há mais ou menos 100 anos e está até hoje aí”.

- Patrimônio Paisagístico

#### Local utilizado para o banho de Santo Antonio

Em uma área mais baixa, localizada a cerca de 200 m dos fundos da Capela, existe um pequeno córrego, constituindo o local utilizado para o banho de Santo Antonio, realizado no mês de junho, em comemoração ao dia de São João.

Os moradores sempre utilizam o mesmo ponto do córrego, onde foi construído um pequeno apoio com tábuas. Anualmente, no local são colocados arcos feitos com bambus e adornados com “bandeirinhas” de papel, constituindo um corredor de passagem pela comunidade até o córrego.

#### Vila da Fumaça

- Patrimônio Edificado

Refere-se a um conjunto de moradias operárias localizadas sob as coordenadas 23k 0269521 / 7343464. Caracteriza-se por um conjunto de 14 residências em alvenaria de tijolos, com telhado em duas águas, coberto com telhas francesas, constituindo uma vila operária de tipologia típica dos anos 60/70 do século XX, por ocasião da implantação da Usina da Cachoeria da Fumaça.

No conjunto merece destaque a planificação do espaço, representado por uma única e larga alameda, delimitando o espaço das residências tendo ao final um bolsão de retorno e uma pequena praça, funcionando como área comum, com certa similaridade com as vilas militares implantadas no país a partir da década de 1960 (Figura 61 H).

#### Capela da Vila da Fumaça

Refere-se à capela da Vila da Fumaça, caracterizada por uma construção em alvenaria de tijolos, coberta com telhas de fibro cimento. Possui verga curva, com bandeira em metal e vidro. Apesar de apresentar uma tipologia construtiva das primitivas capelas rurais, trata-se de uma construção recente edificada no mesmo lugar onde outrora existia a primitiva capela do vilarejo construída originalmente em madeira (Figura 61 I).

### 3.3.2.3 Mapeamento e Figuras

Como resultado da caracterização do patrimônio histórico-cultural e sítios arqueológicos identificados no Parque, é apresentado o **Mapa 16**. Sítios Arqueológicos e Bens Edificados no PEJU.

As seguir são apresentadas as figuras referenciadas no textos do tema Patrimônio Histórico Cultural Material e Imaterial.

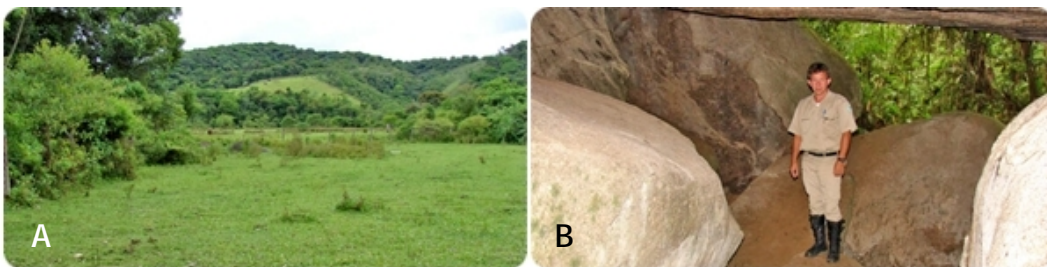


**Figura 38** - (A) Aspectos gerais do bairro dos Paulo. (B) Evidências do monjolo. (C) Material lítico (possível pederneira). (D) Área de ocorrência do material lítico próximo à Capela. (E) Peças líticas identificadas no entorno da capela. (F) Detalhe de peça bifacial. (G) Área de ocorrência do material lítico lascado em meio a lavoura de milho. (H) Peças líticas lascadas em sílex presentes em área de milharal.



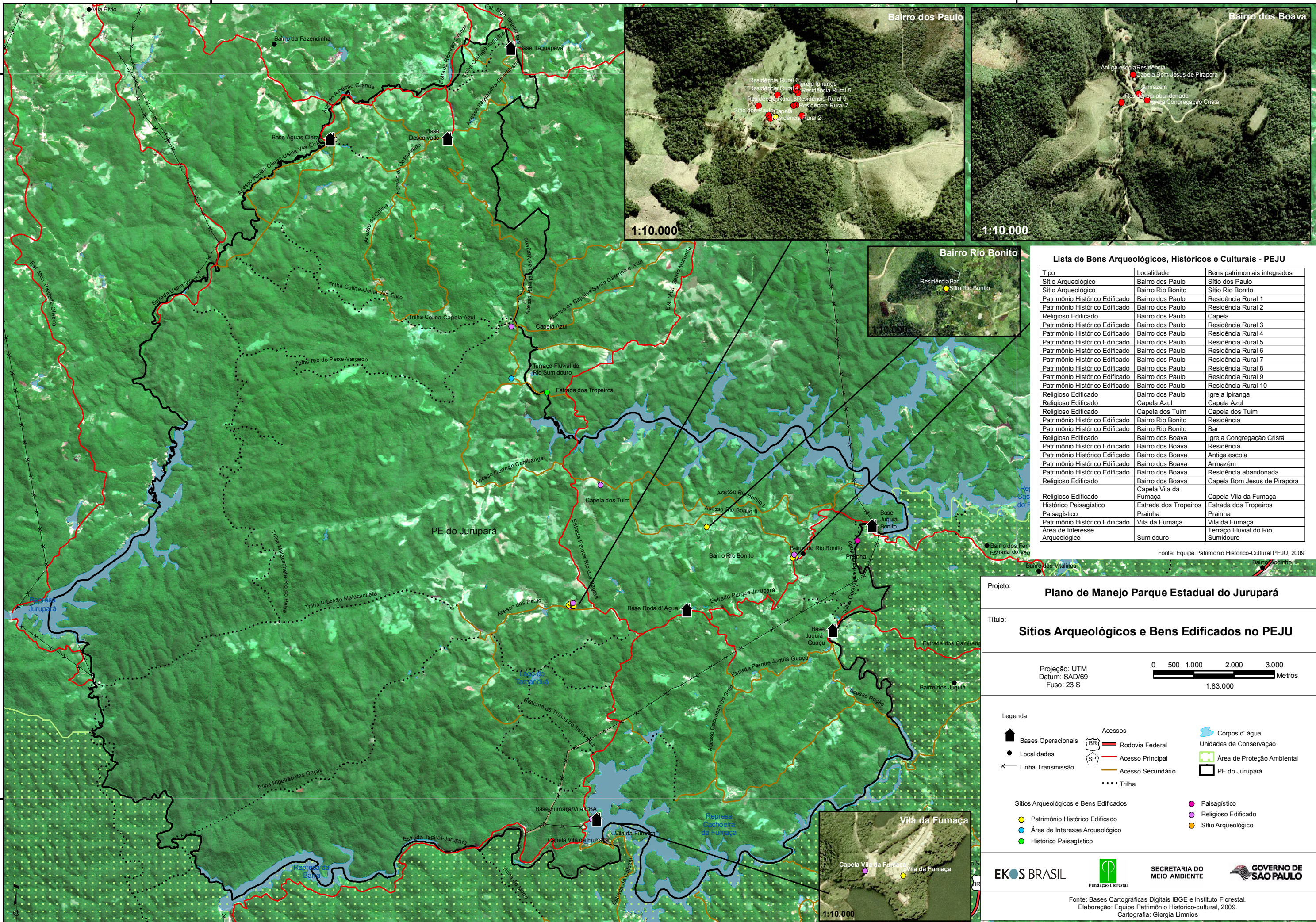


**Figura 39** - (A) Aspectos gerais do bairro do Rio Bonito. (B) Evidência de alicerce em pedra. (C) Restos construtivos de construção em pau a pique. (D) Evidência de chão batido de habitação em pau a pique. (E) Local de identificação de material lítico lascado. (F) Peça lítica lascada.



**Figura 40** - (A) Terraço fluvial do rio Sumidouro. (B) Aspectos do abrigo do Sumidouro.





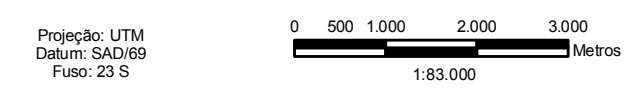
**Lista de Bens Arqueológicos, Históricos e Culturais - PEJU**

Tipo	Localidade	Bens patrimoniais integrados
Sítio Arqueológico	Bairro dos Paulo	Sítio dos Paulo
Sítio Arqueológico	Bairro Rio Bonito	Sítio Rio Bonito
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 1
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 2
Religioso Edificado	Bairro dos Paulo	Capela
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 3
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 4
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 5
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 6
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 7
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 8
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 9
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Paulo	Residência Rural 10
Religioso Edificado	Bairro dos Paulo	Igreja Ipiranga
Religioso Edificado	Capela Azul	Capela Azul
Religioso Edificado	Capela dos Tuim	Capela dos Tuim
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro Rio Bonito	Residência
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro Rio Bonito	Bar
Religioso Edificado	Bairro dos Boava	Igreja Congregação Cristã
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Boava	Residência
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Boava	Antiga escola
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Boava	Armazém
Patrimônio Histórico Edificado	Bairro dos Boava	Residência abandonada
Religioso Edificado	Bairro dos Boava	Capela Bom Jesus de Pirapora
Religioso Edificado	Capela Vila da Fumaça	Capela Vila da Fumaça
Histórico Paisagístico	Estrada dos Tropeiros	Estrada dos Tropeiros
Paisagístico	Prairinha	Prairinha
Patrimônio Histórico Edificado	Vila da Fumaça	Vila da Fumaça
Área de Interesse Arqueológico	Sumidouro	Terraço Fluvial do Rio Sumidouro

Fonte: Equipe Patrimônio Histórico-Cultural PEJU, 2009

Projeto: **Plano de Manejo Parque Estadual do Jurupará**

Título: **Sítios Arqueológicos e Bens Edificados no PEJU**



- Legenda**
- Bases Operacionais
  - Localidades
  - Linha Transmissão
  - Rodovia Federal
  - Acesso Principal
  - Acesso Secundário
  - Trilha
  - Corpos d' água
  - Unidades de Conservação
  - Área de Proteção Ambiental
  - PE do Jurupará
  - Patrimônio Histórico Edificado
  - Área de Interesse Arqueológico
  - Histórico Paisagístico
  - Paisagístico
  - Religioso Edificado
  - Sítio Arqueológico



Fonte: Bases Cartográficas Digitais IBGE e Instituto Florestal.  
 Elaboração: Equipe Patrimônio Histórico-cultural, 2009.  
 Cartografia: Georgina Limmios





**Figura 41** – Bairro dos Paulo: (A) Aspectos gerais da residência 01. (B) Aspectos gerais do depósito anexo à residência 01. (C) Vista geral da construção da residência 02. (D) Aspectos gerais do bairro dos Paulo. (E) Aspectos da varanda lateral. (F) Vista geral da cozinha. (G) Vista geral da residência 3.



**Figura 42** - (A) Aspectos gerais da Capela. (B) Detalhe externo tramela. (C) Detalhe interno tramela.





**Figura 43** - (A) Fachada frontal da residência 4. (B) Detalhe do madeiramento (cobertura). (C) Detalhe da técnica construtiva (amarração com cipó São João). (D) Rancho utilizado como depósito. (E) Rancho utilizado como celeiro.



**Figura 44** - (A) Aspectos gerais da residência 5, bairro dos Paulo. (B) Vista geral da residência 6, bairro dos Paulo. (C) Fachada frontal da residência 7. (D) Aspectos gerais da residência 8, bairro dos Paulo.



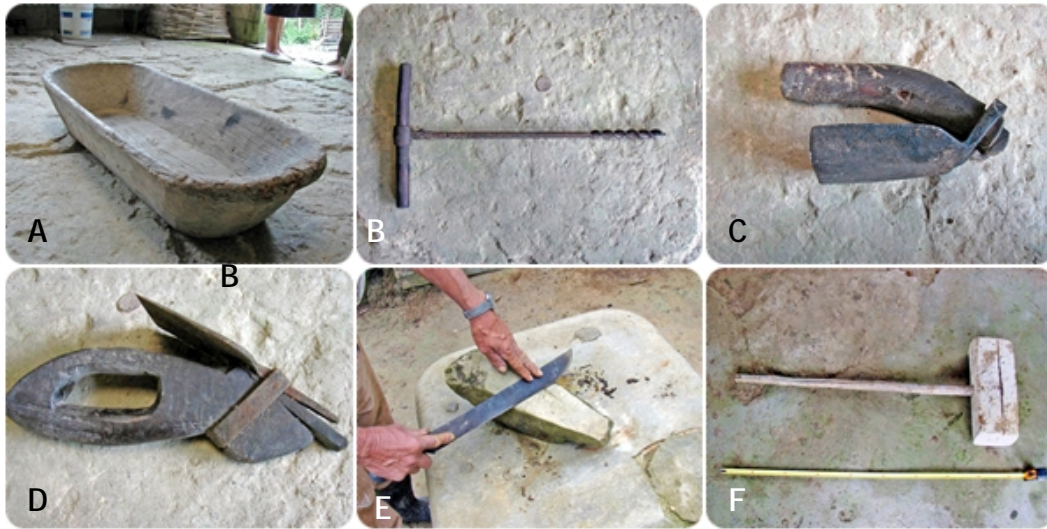


**Figura 45** - (A) Aspectos gerais da residência 9. (B) Detalhe da cozinha em pau a pique anexa a residência 9. (C) Vista frontal da edificação com anexo a esquerda da foto. (D) Espaço interno com o piso de chão batido. (E) Vista frontal da edificação com o Sr. Isaías e Sr. Diolinda



**Figura 46** - (A) Fachada frontal da capela Azul. (B) Cemitério ao redor da Capela Azul. (C) Única identificação de sepultamento local. (D) Fachada frontal da Capela do Cemitério dos Tuim. (E) Cemitério dos Tuim, entorno da capela. (F) Covas do cemitério dos Tuim.



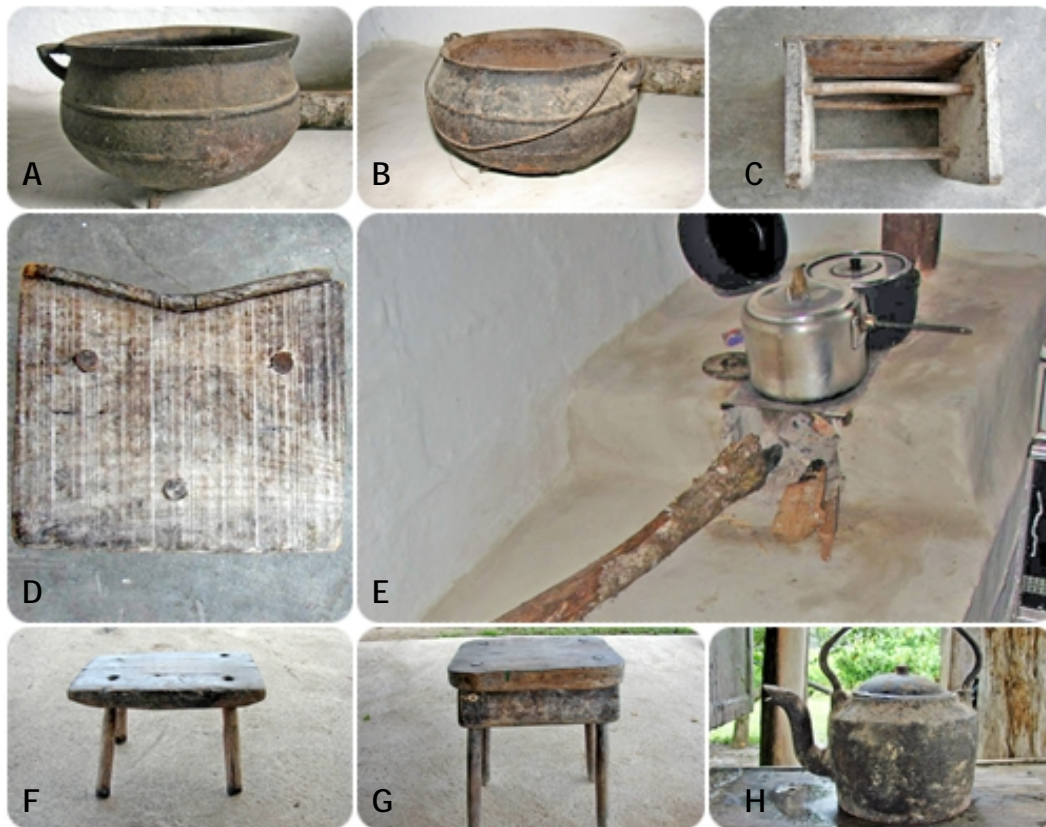


**Figura 47** - (A) Gamela confeccionada com madeira cedro. (B) Broca de mão (furador). (C) Enxó chato. (D) Enxó goivo. (E) Pedra de assentar fio. (F) Martelo.



**Figura 48** - (A) Detalhe da lateral da cadeira. (B) Sr. Lindolfo acertando o corte de uma faca. (C) Moedor de milho. (D) Retranca. (E) Covo. (F) Arado.





**Figura 49** - (A) Panela de ferro. (B) Panela de ferro com alça. (C) Banco de madeira. (D) Detalhe dos encaixes. (E) Fogão à lenha. (F) Banquinho de madeira. (G) Banco de madeira. (H) Chaleira de ferro.



**Figura 50** - (A) Mão de pilão. (B) Banco de madeira. (C) Pilão. (D) Gamela fabricada em madeira canela rosa. (E) Detalhe da lateral.

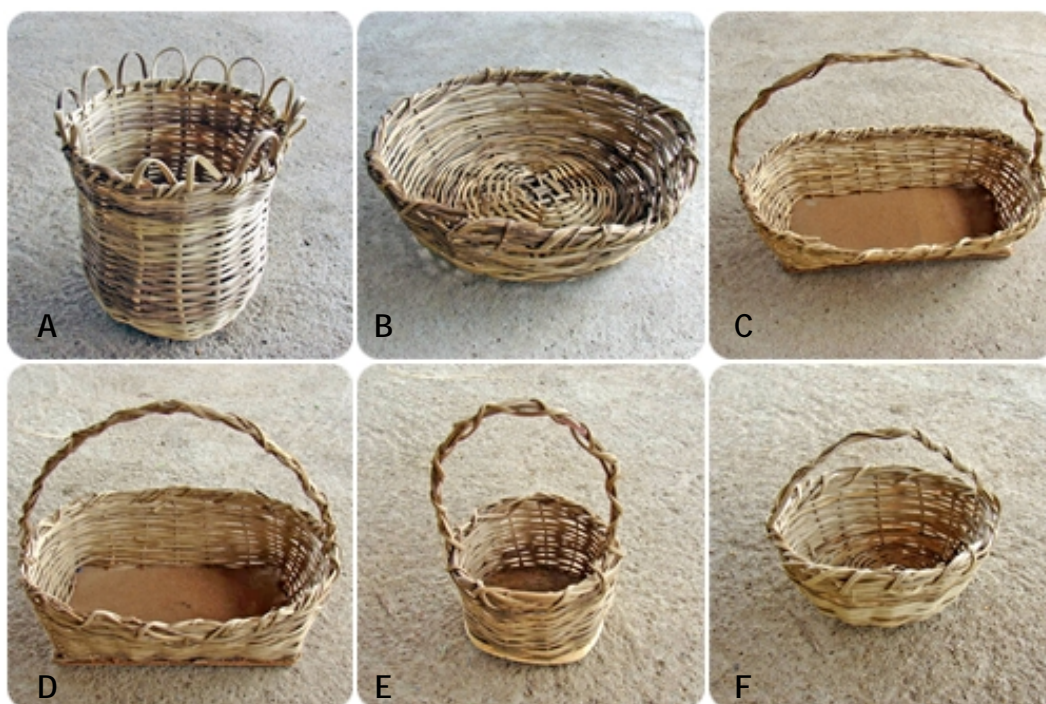




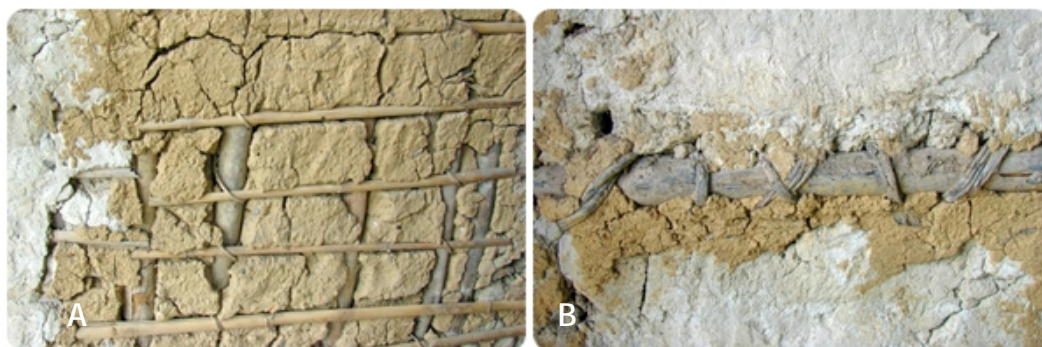
**Figura 51** - (A) Espanador de penas de pato. (B) Galinheiro com cobertura. (C) Casinhas confeccionadas com restos de madeira. (D) Vassoura artesanal.



**Figura 52** - (A) Cesta com alça. (B) Cesta produzida com taquara pinina. (C) Cesta oval com alça. (D) Cesta com detalhes da borda trabalhada. (E) Vasilho com gargalo. (F) Vaso utilizado para flores.



**Figura 53** - (A) Borda trabalhada com arcos. (B) Fruteira trabalhada com cipó peva. (C) Cesta retangular com base de madeira. (D) Cesta com base de madeira. (E) Detalhe do trançado e acabamento na alça e borda. (F) Cesta confeccionada com cipó peva.



**Figura 54** - (A) Técnica construtiva de pau a pique. (B) Detalhe das amarrações com cipó.





**Figura 55** - (A) Saibro Branco. (B) Saibro fixado sobre o beiral. (C) Cabideiro conhecido como “cabito”. (D) Impressão de cruzes na porta. (E) Detalhe da impressão das cruzes.

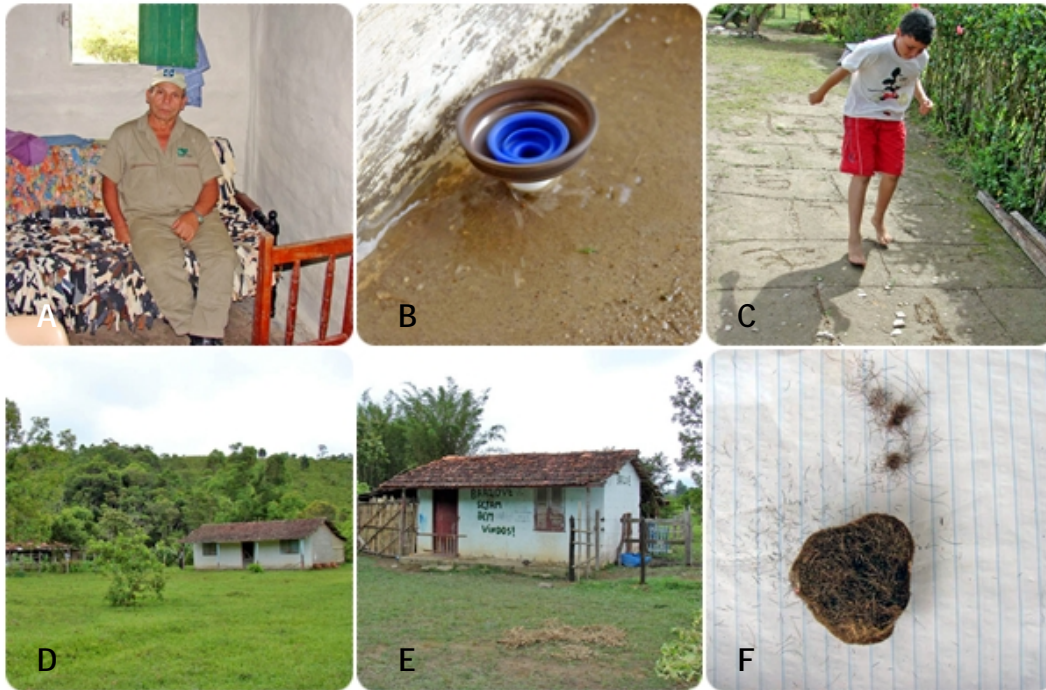


**Figura 56** - (A) Matéria prima: taboas. (B) Linha nylon e birros (madeira). (C) Travessa de madeira. (D) Produção esteira. (E) Sra. Benedita e as esteiras

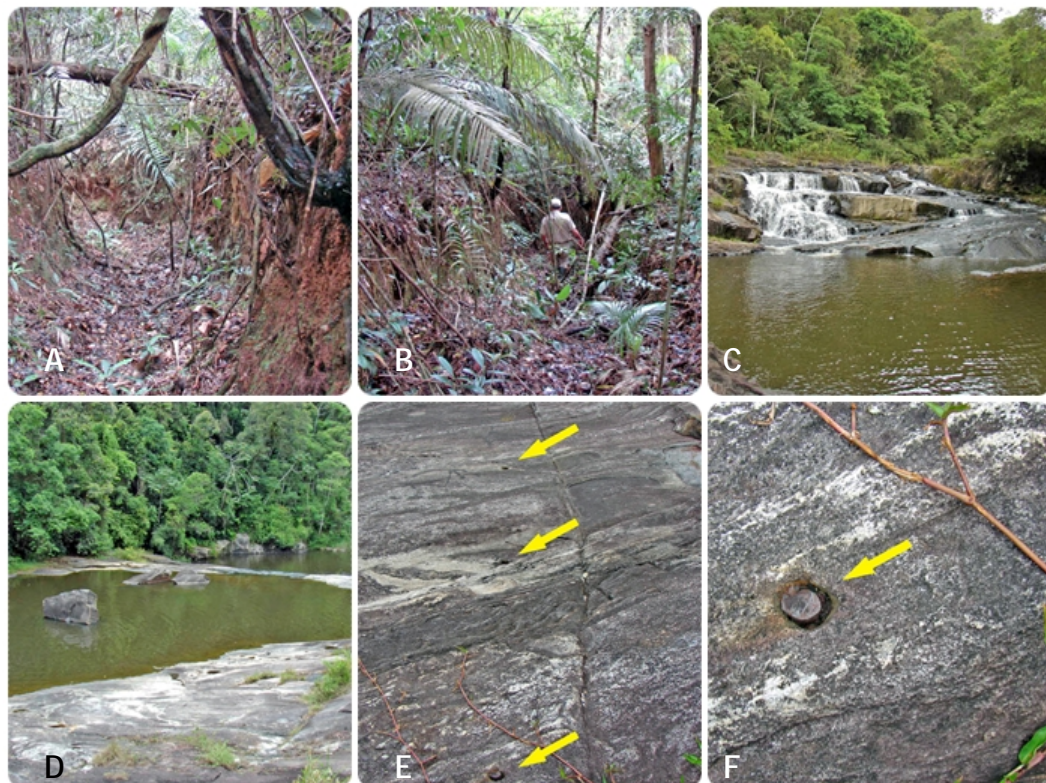


**Figura 57** - (A) Cipó São João. (B) Cipó Peva.





**Figura 58** - (A) Sr. Isaías e as “lendas”. (B) Pião em movimento. (C) Alessandro pulando amarelinha. (D) Residência rural do Sr. Célio. (E) Aspectos gerais do antigo bar. (F) Maçã de boi.



**Figura 59** - (A) Estrada dos Tropeiros. (B) Sr. Isaías e a antiga estrada dos tropeiros. (C) Aspectos do local conhecido pela população local como Prainha. (D) Vista geral da Prainha. (E) Cicatrizes de retirada de matéria prima. (F) Detalhes da remoção.





**Figura 60** - (A) Vista geral do povoado da Família Boava. (B) Vista frontal da Igreja. (C) Aspectos gerais do edifício que abrigava a antiga escola. (D) Aspectos gerais da residência da Família Boava. (E) Aspectos gerais do armazém. (F) Vista frontal do imóvel.





**Figura 61** - (A) Vista geral da Capela. (B) Detalhe do sineiro da Capela. (C) Interior da Capela da Família Boava. (D) Antiga escola e a cruz quebrada. (E) Tigela em que Santo Antonio é banhado. (F) Sra. Maria José e Sra. Ana Boava. (G) Fogão à lenha. (H) Aspectos gerais do conjunto de residências da Vila da Fumaça. (I) Aspectos atuais da Capela da Vila da Fumaça.